



DIÁRIO

da Assembleia da República

XVI LEGISLATURA

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA (2024-2025)

REUNIÃO PLENÁRIA DE 9 DE OUTUBRO DE 2024

Presidente: Ex.^{mo} Sr. [José Pedro Correia de Aguiar-Branco](#)

Secretários: Ex.^{mos} Srs. [Jorge Paulo da Silva Oliveira](#)
[Joana Fernanda Ferreira de Lima](#)
[Gabriel Sérgio Mithá Ribeiro](#)
[Maria Germana de Sousa Rocha](#)

SUMÁRIO

O Presidente declarou aberta a sessão às 15 horas.

Deu-se conta da entrada na Mesa dos Projetos de Lei n.ºs 301, 303, 305 a 310, 312 a 319 e 321/XVI/1.^a e dos Projetos de Resolução n.ºs 342, 345 a 350, 353 e 356 a 378/XVI/1.^a.

Em interpeleção à Mesa, os Deputados [André Ventura](#) (CH), [Paula Santos](#) (PCP), [Fabian Figueiredo](#) (BE), [Hugo Soares](#) (PSD), [Isabel Mendes Lopes](#) (L), [Marina Gonçalves](#) (PS), [Paulo Nuncio](#) (CDS-PP), [Mariana Leitão](#) (IL) e [Pedro Delgado Alves](#) (PS) exprimiram as suas posições

relativamente à decisão do Presidente de não permitir que os bombeiros sapadores que estivessem fardados assistissem à sessão plenária nas galerias. Depois de dar explicações, o Presidente tomou a decisão de, a título excecional, permitir que os referidos bombeiros pudessem assistir ao Plenário nas galerias.

Foram aprovados pareceres da Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados relativos às suspensões do mandato e substituições de um Deputado do PSD e de um Deputado do PCP.

No âmbito da ordem do dia, fixada a requerimento do PCP, foram discutidos e posteriormente aprovados, na generalidade, os Projetos de Lei n.ºs [207/XVI/1.ª](#) (PCP) — Reconhece a profissão de bombeiro como de risco e desgaste rápido e [208/XVI/1.ª](#) (PCP) — Reforça os direitos e regalias dos bombeiros, procedendo à quinta alteração ao Decreto-Lei n.º 241/2007, de 21 de junho, que define o regime jurídico aplicável aos bombeiros portugueses no território nacional. Intervieram, a diverso título, os Deputados [António Filipe](#) (PCP), [André Ventura](#) (CH), [Ricardo Lima](#) (PS), [Patrícia Gilvaz](#) (IL), [António Rodrigues](#) (PSD), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [João Pinho de Almeida](#) (CDS-PP), [Rui Tavares](#) (L), [Fabian Figueiredo](#) (BE), [Fernando José](#) (PS), [Alfredo Maia](#) (PCP), [Eliseu Neves](#) (CH), [Mariana Leitão](#) (IL), [João Antunes dos Santos](#) (PSD), [Paula Santos](#) (PCP), [João Paulo Graça](#) (CH), [Filipa Pinto](#) (L), [José Moura Soeiro](#) (BE), [Nuno Jorge](#)

[Gonçalves](#) (PSD), [Pedro Pinto](#) (CH), [André Rijo](#) (PS) e [Jorge Galveias](#) (CH).

Em interpelação à Mesa, o Deputado [Pedro Delgado Alves](#) (PS) evocou o centenário do nascimento do ex-Deputado socialista Alberto Oliveira e Silva, a par da celebração dos 120 anos do nascimento do Presidente da Assembleia Constituinte, Henrique de Barros, tendo sido aplaudido pela Câmara.

Deu-se conta de cinco Deputados do PSD e dois Deputados do PS que estiveram presentes, por videoconferência, nesta reunião plenária.

Deu-se ainda conta da entrada na Mesa dos Projetos de Lei n.ºs [311](#) e [320/XVI/1.ª](#).

O Presidente encerrou a sessão eram 18 horas e 17 minutos.

O Sr. **Presidente**: — As autoridades podem abrir as portas das galerias para entrar o público que deseje assistir aos nossos trabalhos.

Eram 15 horas.

Pausa.

Uma vez que temos muito expediente para ler, o Sr. Secretário Jorge Paulo Oliveira vai adiantando trabalho nessa matéria, antes de entrarmos no primeiro ponto da ordem do dia.

Faça favor, Sr. Secretário.

O Sr. **Secretário** (Jorge Paulo Oliveira): — Sr. Presidente, informo a Câmara de que deram entrada na Mesa, e foram admitidas pelo Sr. Presidente, várias iniciativas.

Em primeiro lugar, refiro os Projetos de Lei n.ºs [301/XVI/1.ª](#) (CH) — Aplica o regime sancionatório de combate ao terrorismo a quem seja reincidente na prática do crime de incêndio florestal, [303/XVI/1.ª](#) (PAN) — Aprova a lei-quadro da igualdade e não-discriminação, [305/XVI/1.ª](#) (PAN) — Assegura a atualização das pensões no ano seguinte ao da sua atribuição e garante a equiparação dos valores de referência do complemento da prestação social para a inclusão e do complemento solidário para idosos, alterando o Decreto-Lei n.º 126-A/2017, de 6 de outubro, e a Lei n.º 53-B/2006, de 29 de dezembro, [306/XVI/1.ª](#) (PAN) — Procede à alteração ao Regime do Arrendamento Urbano e prevê a não-discriminação no acesso à habitação, [307/XVI/1.ª](#) (PAN) — Aprova a carta dos direitos da pessoa idosa, [308/XVI/1.ª](#) (CH) — Altera a lei penal no sentido de atribuir maior proteção às vítimas de crimes sexuais e prevenir situações de revitimização em contexto judicial e de acesso à saúde, [309/XVI/1.ª](#) (CH) — Altera a Lei n.º 31/2018, de 18 de julho, de forma a reforçar a gestão e organização da Rede Nacional de Cuidados Paliativos, garantindo a melhoria contínua da qualidade dos cuidados para doentes em fim de vida, [310/XVI/1.ª](#) (CH) — Reforça a proteção das vítimas de devassa da vida privada por meio de partilha não consentida de conteúdos de cariz sexual, [312/XVI/1.ª](#) (PCP) — Cria uma rede pública de equipamentos e serviços de apoio aos idosos, [313/XVI/1.ª](#) (PCP) — Melhora as condições de atribuição do complemento solidário para idosos e altera a regra do mecanismo de atualização anual das pensões, [314/XVI/1.ª](#) (CH) — Procede à atualização dos rendimentos que devem ser considerados para efeitos de cálculo do montante pago a título de complemento solidário para idosos, [315/XVI/1.ª](#) (L) — Garante que são remuneradas as faltas justificadas para assistência a familiares em cuidados paliativos, [316/XVI/1.ª](#) (L) — Estende aos novos pensionistas a atualização anual das pensões do regime da Segurança Social e da Caixa Geral de Aposentações, [317/XVI/1.ª](#) (L) — Determina o dever de as instituições de ensino superior disponibilizarem serviços de saúde mental aos estudantes, [318/XVI/1.ª](#) (L) — Cria um plano nacional de promoção da segurança digital e presencial de crianças e jovens, [319/XVI/1.ª](#) (L) — Introduce o crime de ciberviolência e [321/XVI/1.ª](#) (BE) — Proteção das vítimas de violência sexual com base em imagens (altera o Código Penal e o Código de Processo Penal).

Deram também entrada na Mesa os Projetos de Resolução n.ºs [342/XVI/1.ª](#) (PAN) — Recomenda ao Governo a aprovação de medidas de combate ao abandono do ensino superior, [345/XVI/1.ª](#) (PAN) — Pela disponibilização de fundos públicos para ação social indireta a todas as instituições de ensino superior públicas sob a forma de fundações públicas com regime de direito privado, [346/XVI/1.ª](#) (PAN) — Pela inclusão dos contratos celebrados após 31 de dezembro de 2011 no âmbito da dedução de encargos com juros de dívidas contraídas no âmbito de contratos de crédito à habitação, prevista nas alíneas *b)*, *c)* e *d)* do n.º 1 do artigo 78.º-E do Código do IRS, [347/XVI/1.ª](#) (PAN) — Recomenda ao Governo que tome medidas que contribuam para a consciencialização e prevenção da violência e outros crimes praticados contra pessoas idosas, [348/XVI/1.ª](#) (PAN) — Recomenda ao Governo que tome medidas de combate ao idadismo em Portugal, [349/XVI/1.ª](#) (PAN) — Recomenda ao Governo que promova o restauro ecológico urgente do Parque Natural da Serra da Estrela, [350/XVI/1.ª](#) (PAN) — Pelo desenvolvimento e melhoria da Rede Nacional de Cuidados Paliativos, [353/XVI/1.ª](#) (L) — Recomenda ao Governo que elabore um estudo nacional sobre o impacto da menopausa e da andropausa na qualidade de vida das pessoas, [356/XVI/1.ª](#) (PCP) — Respeito pela soberania da República Bolivariana da Venezuela e expressão de solidariedade com o povo venezuelano, [357/XVI/1.ª](#) (BE) — Recomenda ao Governo a concretização de medidas de revitalização, reflorestação e renaturalização do Parque Natural da Serra da

Estrela, [358/XVI/1.^a](#) (BE) — Criação de respostas públicas na área do envelhecimento, reconhecimento do direito ao cuidado e reforço dos direitos de cuidadores, [359/XVI/1.^a](#) (BE) — Pelo respeito da vontade do povo venezuelano e dos seus direitos, liberdades e garantias, [360/XVI/1.^a](#) (BE) — Recomenda ao Governo que crie um mecanismo de controlo de rendas para defender o direito à habitação, [361/XVI/1.^a](#) (PCP) — Alargamento da resposta pública em cuidados paliativos, [362/XVI/1.^a](#) (PCP) — Medidas de prevenção da prática de crimes de disseminação não consensual de conteúdos íntimos, [363/XVI/1.^a](#) (PCP) — Programa de valorização da serra da Estrela, [364/XVI/1.^a](#) (PCP) — Pelo reforço da rede de equipamentos e serviços de apoio aos idosos e valorização das associações de reformados, pensionistas e idosos, [365/XVI/1.^a](#) (PCP) — Integração dos trabalhadores dos laboratórios do Estado na carreira de investigação científica, [366/XVI/1.^a](#) (CDS-PP) — Recomenda ao Governo que desenvolva um plano de reflorestação para o Parque Natural da Serra da Estrela, [367/XVI/1.^a](#) (CDS-PP) — Recomenda ao Governo que estenda as medidas de ação social escolar aos alunos carenciados que frequentam o ensino particular e cooperativo, [368/XVI/1.^a](#) (L) — Recomenda ao Governo medidas para os profissionais de saúde da área de cuidados paliativos, [369/XVI/1.^a](#) (L) — Em apoio à luta pela democracia e pela integridade eleitoral na Venezuela, [370/XVI/1.^a](#) (L) — Por um Programa de Revitalização do Parque Natural da Serra da Estrela mais ambicioso e por maior conservação da natureza, [371/XVI/1.^a](#) (L) — Recomenda a equidade salarial entre investigadores dos laboratórios do Estado e da FCT e a criação de um fundo estratégico para a ciência e tecnologia, [372/XVI/1.^a](#) (L) — Recomenda a regulamentação do Fundo de Emergência para a Habitação, [373/XVI/1.^a](#) (PS) — Recomenda ao Governo a revisão e atualização do plano nacional de vacinação no âmbito da vacinação do adulto, [374/XVI/1.^a](#) (PS) — Recomenda ao Governo a realização de um estudo de viabilidade com vista à implementação de um regime de comparticipação especial para doentes de epidermólise bolhosa, [375/XVI/1.^a](#) (BE) — Recomenda ao Governo que proceda à abertura de concursos para contratação para posições permanentes da carreira de investigação nos laboratórios do Estado, [376/XVI/1.^a](#) (BE) — Promover o acesso ao ensino superior e reforçar a ação social escolar, [377/XVI/1.^a](#) (BE) — Reforço dos cuidados paliativos no Serviço Nacional de Saúde e [378/XVI/1.^a](#) (PCP) — Pelo acesso das populações à rede bancária de multibancos.

É tudo, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado André Ventura pede a palavra para que efeito?

O Sr. **André Ventura** (CH): — É para uma interpelação à Mesa, Sr. Presidente, se for possível.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Sr. Presidente, agradeço-lhe esta oportunidade.

Nós gostávamos apenas de tentar perceber o seguinte: tanto quanto fomos informados, durante a tarde de hoje, os bombeiros de várias corporações que nos visitam foram impedidos de entrar com as suas fardas aqui, na Assembleia da República.

Eu penso — e o Sr. Presidente dirá de sua justiça — que a farda de um bombeiro não é um símbolo político nem uma simbologia,...

Vozes do CH: — Muito bem!

O Sr. **André Ventura** (CH): — ... é uma farda civil de quem nos defende e de quem está aqui, hoje, por nós.

Aplausos do CH.

Sr. Presidente, eu gostava de compreender — e acho que, como Presidente da Assembleia da República, deve-nos dizer — porque é que estes homens e mulheres que nos vieram visitar tiveram de tirar a sua caracterização para entrar no Parlamento, visto que não se vêm manifestar nem politicamente nem de nenhuma forma ideológica, vêm dizer que são bombeiros.

Ora bem, eles estão aqui como bombeiros e nós queremos que eles estejam aqui como bombeiros. É isso que acho que era importante!

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente**: — Vou dar a palavra a todos os que a pediram,...

O Sr. **Bruno Nunes** (CH): — Lembraram-se todos agora?

O Sr. **Presidente**: — ... porque deve ser mais ou menos sobre a mesma matéria, e depois responderei no final.

Sr.^a Deputada Paula Santos, faça favor.

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — Sr. Presidente, é também para uma interpelação à Mesa, aliás, nós já íamos fazê-la, estávamos à espera do parecer para a fazer.

Já tivemos oportunidade de expressar o nosso desacordo com a decisão do Sr. Presidente relativamente à presença dos bombeiros nas galerias para assistirem a este debate, marcado pelo PCP, para discutir exatamente as questões que se prendem com a valorização e com o reforço dos direitos dos bombeiros no nosso País.

Sr. Presidente, estamos a falar de homens e mulheres que vieram de norte a sul do País para a oportunidade de, hoje, na Assembleia da República, neste agendamento potestativo do PCP, poderem assistir a um debate sobre matérias que lhes dizem diretamente respeito.

Estamos a falar dos soldados da paz, que tanto apreciamos quando há catástrofes e quando há necessidade de socorro às populações. Portanto, queríamos deixar aqui o nosso desacordo com essa decisão, pois consideramos que os bombeiros devem estar aqui, na Assembleia da República, para poderem acompanhar os nossos trabalhos.

Aplausos do PCP.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Fabian Figueiredo, faça favor.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Sr. Presidente, é para uma interpelação à Mesa, nos mesmos termos.

Nós queremos apelar a V. Ex.^a para que reconsidere a decisão que tomou. Uma farda de um bombeiro é uma farda de trabalho. Creio que teríamos o mesmo entendimento se um conjunto de operários se apresentasse de batas azuis ou se um conjunto de bancários se apresentasse de fato e gravata.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — E tu de *t-shirt*!

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — A força do seu trabalho exprime-se na sua farda.

Vieram com esse sentido a uma Casa que é a sua, a Casa de toda a República. Vários bombeiros e várias bombeiras acordaram bem cedo, fizeram centenas de quilómetros para estarem em Lisboa, para estarem nas galerias, para assistirem a um debate que diz respeito à sua vida profissional, vida profissional e atuação pública de cuja segurança nós dependemos.

Por isso, Sr. Presidente, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda vem apelar a V. Ex.^a para que reconsidere e permita que as mulheres e os homens das várias corporações de bombeiros sapadores que se deslocaram até Lisboa possam assistir a este debate nas galerias.

Aplausos do BE e do PCP.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Hugo Soares, faça favor.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Sr. Presidente, é no mesmo sentido das bancadas anteriores, e queria pedir um bocadinho da sua condescendência para que este assunto possa ser tratado como ele merece ser tratado.

Dirijo uma primeira palavra às Sr.^{as} e aos Srs. Bombeiros que assistem aos nossos trabalhos e àqueles que ainda tentam assistir.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Isso é uma intervenção!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Quero, em nome do Grupo Parlamentar do PSD — e creio que posso dizê-lo em nome de cada uma destas bancadas e do País —,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Não, no meu nome não fala!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — ... prestar a nossa homenagem e a nossa gratidão aos soldados da paz.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Isto é uma intervenção!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Somos daqueles, Sr. Presidente, que não se lembram dos bombeiros e das bombeiras de Portugal apenas quando precisam deles.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Isto é uma intervenção!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Mas as instituições são as instituições,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Isto é uma intervenção!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — ... e é isso que eu quero, Sr. Presidente, deixar muito vincado nesta minha intervenção. Com todo o respeito por aqueles que salvam as nossas vidas e o nosso património, quero aqui dizer que, sejam eles bombeiros, sejam eles militares, sejam eles das forças e serviços de segurança do País, não nos aproveitamos destes momentos para desrespeitar as instituições.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Vergonha!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Isto é uma intervenção!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Regras são regras, e são para cumprir.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Vergonha!

O Sr. **Presidente**: — Sr.^a Deputada Isabel Mendes Lopes, faça favor.

A Sr.^a **Isabel Mendes Lopes** (L): — Sr. Presidente, nós também gostaríamos de pedir que reconsiderasse esta decisão que foi tomada, porque nos parece que é muito diferente falarmos de forças policiais ou militares e falarmos de outras forças.

Estamos a falar aqui de forças civis, de pessoas que servem o País, e que têm o direito, no âmbito da liberdade de expressão, de utilizar a sua farda nas galerias do Parlamento.

Queria deixar também uma sugestão ao Sr. Presidente. Este tipo de matérias — ainda por cima, hoje tivemos Conferência de Líderes, podíamos ter abordado este assunto também na Conferência de Líderes —, sendo claro que a decisão final é sempre do Sr. Presidente, pode ser também de âmbito de consulta das várias bancadas para perceber as várias sensibilidades que existem.

Aplausos do L.

O Sr. **Presidente**: — Sr.^a Deputada Marina Gonçalves, faça favor.

A Sr.^a **Marina Gonçalves** (PS): — Sr. Presidente, é também no mesmo sentido.

Há aqui, parece-me, um amplo consenso nesta matéria, ainda que eu ache que esta matéria deva ser levada à Conferência de Líderes e que devam ser definidas regras, para que elas sejam estabilizadas e utilizadas de futuro. Ainda assim, acho que, havendo esta posição bastante consensual, devíamos, efetivamente, reponderar e permitir que assista nas galerias quem, como já aqui se disse, fez muitos quilómetros para poder estar aqui a assistir legitimamente ao debate.

O Sr. **Presidente**: — Penso que não há mais ninguém...

O Sr. **André Ventura** (CH): — Sr. Presidente...

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado já fez a sua interpelação.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Sr. Presidente, não vou fazer mais nenhuma interpelação.

É apenas para dizer que, havendo este consenso, nós vamos recorrer da sua decisão para o Plenário,...

O Sr. **Presidente**: — Está bem, está bem...

O Sr. **André Ventura** (CH): — ... pedindo a revogação da sua decisão para que os bombeiros possam...

O Sr. **Presidente**: — Está bem, mas deixe-me primeiro defender a minha honra nessa matéria, e o Sr. Deputado depois recorre, que o próprio Regimento permite isso.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Mas o Sr. Presidente já decidiu, já tomou a decisão!

O Sr. **Presidente**: — Fui interpelado por todas as bancadas, portanto, agora vou dar a razão pela qual tomei esta decisão. Se os Srs. Deputados quiserem ouvir, depois podem recorrer para a Assembleia, e a Assembleia é soberana, como em tudo.

É evidente que a minha decisão não é nenhuma situação de discriminação em relação aos bombeiros.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Claro!

O Sr. **Presidente**: — Pelo contrário, é o tratamento igual dos cidadãos bombeiros, como no passado foram os enfermeiros, que foram impedidos de estar aqui presentes com as respetivas batas.

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Isso!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Claro!

O Sr. **Presidente**: — O tratamento que dei nesta matéria foi igual ao que, no passado, se deu em relação a polícias, a militares, a enfermeiros, a médicos,...

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Isso!

O Sr. **Presidente**: — ... em que houve o entendimento de que deveriam estar aqui na sua qualidade de cidadãos e não de profissionais, que merecem respeito, a começar pelo Presidente da Assembleia da República, em todos os momentos em que fazem o seu exercício e missão cívica, sendo que, aliás, fui o primeiro subscritor de um voto de saudação e apreço da Assembleia pelo trabalho de todos os bombeiros.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Eu não manipulo as ocasiões...

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Isso! Isso!

O Sr. **Presidente**: — ... para fazer alguma atividade de natureza particular, para ser mais ou menos popular enquanto Presidente da Assembleia da República. Não o faço!

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Está a fazer política!

O Sr. **Presidente**: — Todos os cidadãos — todos os cidadãos! — me merecem igual respeito.

Na pandemia foram outros profissionais, que exerceram uma missão ao serviço de todos nós, que depois também tiveram necessidade de lutar, como várias profissões, pelos seus direitos legítimos. Têm o direito de manifestação fora desta Assembleia como muito bem entenderem, mas aqui nós temos tido regras. E a regra é que nas galerias devem estar de forma neutral. É só isto! Portanto, eu tomei a minha decisão com base no passado, no reconhecimento da igualdade de todos os cidadãos estarem de igual forma a assistir aos nossos trabalhos. Foi isto.

Como em tudo, as minhas decisões são recorríveis para o Plenário. Se o Plenário entender que eu estou a interpretar mal o passado, o precedente, e aquilo que deve ser a igualdade de tratamento de todos os cidadãos, façam favor, não há problema nenhum. Eu aceito democraticamente e discuto isto com, digamos, a cultura necessária de *fair play* democrático.

Faça favor, Sr. Deputado André Ventura.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Sr. Presidente, nessa cultura de *fair play* democrático, nós discordamos da sua decisão.

Entendemos que uma farda de bombeiro é sempre neutral, porque ela é de todos nós, não é de nenhum partido que aqui está. Ela é sempre neutral, porque é de todos os que aqui estão.

Aplausos do CH.

Uma farda de um bombeiro não é nem do Bloco de Esquerda, nem do Chega, nem do PS, nem do PSD. Ela é de todos. Por isso, entendemos que até nos orgulharia — a nós, orgulhar-nos-ia! —...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **André Ventura** (CH): — ... que estes homens e mulheres estivessem com a sua farda de bombeiro.

Por isso, Sr. Presidente, nos termos do artigo 82.º do Regimento da Assembleia da República, nós queremos que o Plenário revogue a sua decisão. Propomo-lo à consideração, tenha efeitos agora ou venha a ter efeitos na próxima decisão, e o Plenário decidirá soberanamente o que entende fazer sobre esta matéria.

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente**: — Vamos dar mais 1 minuto para que cada uma das bancadas que assim o deseje se pronuncie, e depois far-se-á a votação que seja aconselhável.

Sr. Deputado Hugo Soares, faça favor.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, eu sou absolutamente incapaz — sou mesmo! —, e esta bancada que está atrás de mim é absolutamente incapaz...

Risos.

Aplausos do Deputado do PS Manuel Pizarro.

Vozes do CH: — Isso é verdade!

O Sr. **Presidente:** — Peço que parem a contagem do tempo, por favor.

Srs. Deputados, se achamos que o assunto é sério para ser discutido, devemos dar a possibilidade de todos se pronunciarem em igualdade de circunstâncias.

Faça favor, Sr. Deputado Hugo Soares.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Eu até vou reformular, Sr. Presidente, que é para não haver mesmo dúvidas.

O Sr. **Rodrigo Alves Taxa** (CH): — É melhor, é!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — O respeito que eu tenho pelos bombeiros de Portugal...

Risos do Deputado do CH Filipe Melo.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — É zero!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — ... manifesta-se na incapacidade de fazer política e populismo à volta do corpo de soldados da paz. É isto mesmo que eu quero dizer ao Deputado André Ventura!

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Protestos do CH.

Sr. Presidente, em conversa com o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, e creio que não cometo nenhuma inconfidência, foi-me dito — e eu concedo, naturalmente — que a maior parte daquelas pessoas que aqui se deslocaram não sabia sequer se podia ou não entrar com a farda respetiva de trabalho.

O Sr. **Carlos Guimarães Pinto** (IL): — Claro!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Se for dado o consentimento, hoje, e excecionalmente, do Sr. Presidente e de todas as bancadas, quero-lhe dizer que a bancada do PSD acompanhará as demais bancadas.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Ah, ah!...

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Mas também devo dizer, para que não restem dúvidas, que, se o Sr. Presidente mantiver a sua posição, que é a do cumprimento das regras, tem nesta bancada a defesa do prestígio das instituições, e votaremos a seu lado.

Aplausos do PSD.

Protestos do CH.

O Sr. **Presidente:** — Srs. Deputados, como é uma situação inaudita, vou só fazer o enquadramento: quem recorre da decisão do Presidente da Assembleia tem 2 minutos para apresentar a sua fundamentação — o que, digamos, já terá consumido, na maior parte das vezes —, e depois cada grupo parlamentar tem 2 minutos para poder também pronunciar-se. Isto é para dizer que, mais ou menos, estamos a cumprir o Regimento.

Sr. Deputado Fabian Figueiredo, faça favor.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Sr. Presidente, nós entendemos que uma farda de bombeiro não pode ser comparada a uma farda de um membro de um órgão de polícia criminal.

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Ai, isso é que é!

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — É uma farda de trabalho.

Como já várias vezes aqui aconteceu, em diversos momentos, tivemos, inclusive, homens e mulheres fardados nas galerias. Isso não seria inédito.

Não creio que o facto de os homens e as mulheres, os bombeiros, virem fardados pressione de alguma forma a Assembleia da República ou condicione o seu debate. Como aqui já foi referido, muitas destas pessoas não sabiam que se poderia colocar sequer esta questão, sendo que fizeram centenas de quilómetros.

Por isso mesmo, apelamos a que o Sr. Presidente reconsidere. Se não reconsiderar, também nós solicitaremos a revisitação dessa mesma decisão, recorrendo para o Plenário da Assembleia da República.

Não deixamos, contudo, de fazer notar a grande evocação a Groucho Marx que o Sr. Deputado Hugo Soares aqui fez, que foi: «Eu tenho uns princípios; se não servirem, tenho aqui outros.» Que impere o princípio de respeitar os bombeiros!

O Sr. **Presidente**: — Seguem-se os Srs. Deputados Paulo Nuncio, Paula Santos e Isabel Mendes Lopes. Faça favor, Sr. Deputado Paulo Nuncio.

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Sr. Presidente, em primeiro lugar, quero dizer que nos parece que o Regimento deve ser aplicado em qualquer circunstância, tendo em conta o que tem sido a prática do Parlamento, independentemente da classe profissional que se encontre neste Hemiciclo.

Por outro lado, quero dizer que condenamos também as atitudes absolutamente populistas de algumas bancadas,...

O Sr. **Bruno Nunes** (CH): — Ah!

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — ... no sentido de tentar aproveitar interpretações do Regimento para fazer política barata, baixa e populista.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — O pior é o CDS!

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Em terceiro lugar, Sr. Presidente, e tendo em conta a situação excepcional de alguns bombeiros, que, de facto, não sabiam que não poderiam entrar de farda, eu apelava a todas as bancadas para que, desta vez, excepcionalmente, se criassem condições para um consenso no sentido de permitir que os bombeiros pudessem assistir ao debate de farda.

O Sr. **Presidente**: — Sr.^a Deputada Paula Santos, faça favor.

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — Sr. Presidente, é só para expressar o seguinte: de facto, muitos dos bombeiros, sabendo deste debate do PCP hoje, quando souberam da decisão por parte do Sr. Presidente acerca da impossibilidade de entrarem fardados, já estavam a caminho da Assembleia da República e foram surpreendidos com essa decisão.

Eu gostaria de acrescentar ainda o seguinte, Sr. Presidente: sobre o facto de os bombeiros do nosso País entenderem vir fardados para a Assembleia da República,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — E bem!

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — ... entendemo-lo até como um sinal de valorização, de reconhecimento e de respeito por parte da Assembleia da República.

O Sr. **Alfredo Maia** (PCP): — Muito bem!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ora bem!

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — E isso deve ser algo — para nós, PCP — que nos honra e que nos orgulha muito.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Não é ao PCP, é à Assembleia toda!

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — Portanto, entendemos, Sr. Presidente, que, de facto, não faz nenhum sentido que os bombeiros que estão lá fora e que querem assistir a estes trabalhos não o possam fazer, e é nesse sentido que apelamos, mais uma vez, a que possam entrar para as galerias e assistir aos trabalhos.

Aplausos do PCP.

O Sr. **Presidente**: — Sr.^a Deputada Isabel Mendes Lopes, faça favor.

A Sr.^a **Isabel Mendes Lopes** (L): — Sr. Presidente, nós gostávamos também de apelar a que a decisão fosse revista.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Não é apelar, é apresentar um requerimento para votação!

A Sr.^a **Isabel Mendes Lopes** (L): — Parece-nos que não é uma discussão para termos aqui, no Plenário, e que não é também uma votação que seja necessário fazer no Plenário, porque temos pessoas que vieram assistir ao Plenário e que não sabiam desta regra.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Vão votar todos com o Chega! Ai vão, vão!

A Sr.^a **Isabel Mendes Lopes** (L): — Queríamos apelar a que, numa próxima Conferência de Líderes, pudéssemos discutir esta questão das regras, porque elas podem existir, mas é importante que sejam publicitadas, e que as pessoas que vêm assistir às nossas sessões plenárias as conheçam de antemão, para que não sejam surpreendidas, como foi o caso de hoje.

Portanto, apelo ao Sr. Presidente para que seja revista a decisão, excecionalmente, hoje, e para que seja discutida esta questão numa Conferência de Líderes. Acho que aí é o sítio apropriado para termos essa discussão, não agora, aqui, em Plenário, com as pessoas a assistirem à discussão, quando já cá estão.

Aplausos do L.

O Sr. **Presidente**: — Sr.^a Deputada Mariana Leitão, faça favor.

A Sr.^a **Mariana Leitão** (IL): — Sr. Presidente, estamos há meia hora a discutir tudo menos aquilo que, de facto, interessa aos bombeiros.

A Sr.^a **Patrícia Gilvaz** (IL): — Muito bem!

A Sr.^a **Mariana Leitão** (IL): — Eu não vejo nada no Regimento que diga expressamente que há uma proibição efetiva de entrar aqui com a farda de trabalho,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ora bem!

A Sr.^a **Mariana Leitão** (IL): — ... e, como tal, acho que a liberdade se impõe,...

O Sr. **André Ventura** (CH): — Exatamente!

A Sr.^a **Mariana Leitão** (IL): — ... e a liberdade de as pessoas virem com a sua farda de trabalho não deve ser limitada.

Aplausos da IL.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Pedro Delgado Alves, faça favor.

O Sr. **Pedro Delgado Alves**: — Sr. Presidente, não querendo repetir o que já foi sublinhado, acho que o fundamental no debate é baixar a temperatura de um tema que deve ser simples.

Temos cidadãos à porta da Assembleia que, desconhecendo a regra, ou sendo a regra pouco clara, pretendem participar nos trabalhos, no sentido de assistir a eles, dentro da Câmara, e fazem-no usando as suas fardas não como uma provocação, mas como um sinal de respeito para com a Assembleia, que respeitam e perante a qual se apresentam.

Nesse sentido, acho que podemos todos consensualizar uma deliberação que não estabelece um precedente, mas que admite a sua entrada na Câmara, e fazer, de facto, a reflexão, como a Sr.^a Deputada Isabel Mendes Lopes referia, sobre o afinar de quais são as circunstâncias.

Se tivéssemos a galeria plena, por exemplo, de estudantes trajados, muito provavelmente, a questão não se teria colocado. Já no passado tivemos cidadãos com *t-shirts* relativas a um movimento que protestava, e a questão não foi suscitada.

Termos boas práticas, perguntas que respondemos aos cidadãos para que eles se informem, é o adequado, e esta tarde íamos ao que importa, que é discutir os problemas dos bombeiros portugueses.

Aplausos do PS e do Deputado do PCP António Filipe.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Pedro Delgado Alves, a boa prática foi que, no passado, enfermeiros quiseram entrar com as batas e não lhes foi permitido.

Vozes do BE: — Mal!

O Sr. **Presidente**: — E houve outras situações iguais.

Portanto, só para ficar claro, e acho que já me conhecem o suficiente: não foi por uma situação qualquer de discriminação,...

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Claro!

O Sr. **Presidente**: — ... foi por igualdade de tratamento perante as regras que têm sido praticadas, ainda que, como a Sr.^a Deputada Mariana Leitão referiu, o Regimento aqui, como em muitas outras coisas, não tenha definição — mas temos práticas, que têm sido usadas para aquilo que se faz ou não se faz no Hemiciclo.

A Sr.^a **Mariana Leitão** (IL): — As práticas alteram-se!

O Sr. **Presidente**: — Portanto, não fui eu que vim inventar nada, não sou eu que tenho aqui uma principal discriminação; pelo contrário, é a igualdade de tratamento de todos os cidadãos.

Pressinto que uma situação de votação vai dar a unanimidade, ou perto disso, para efeitos do recurso da minha decisão, e, portanto, o efeito útil será o de que os Srs. Bombeiros, excecionalmente, poderão entrar hoje para assistir aos nossos trabalhos. Também devo dizer que, quando vamos a algum lado, é de bom tom saber

quais serão as regras e como devemos estar nesses locais. Aí, sim, todos sabem e, portanto, seria assim que devia ser feito.

Portanto, se interpreto bem, a votação do recurso da minha decisão é no sentido de permitir e, portanto, nessa situação, considero que esta decisão tem essa...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Mas tem de votar!

O Sr. **Presidente**: — Mas posso sujeitar o recurso à votação, não tem problema nenhum, é a regra da democracia. Quem é favorável ao recurso da decisão do Presidente?

O Sr. **André Ventura** (CH): — Ao recurso do Chega sobre a decisão do Presidente da Assembleia da República!

O Sr. **Presidente**: — A minha decisão é que é objeto de recurso.

Pausa.

Vamos lá clarificar isto para podermos entrar no ponto da ordem de trabalhos: a minha leitura da Câmara, em função do que foi dito, é a de que os Srs. Bombeiros que estão presentes lá fora devem assistir.

Aplausos do BE, do PCP e do Deputado do CH André Ventura.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Está tomada a decisão!

O Sr. **Presidente**: — Portanto, a votação fica uma inutilidade superveniente da lide, na medida em que a minha decisão vai ao encontro daquilo que foi o sentir da Câmara neste momento.

Assim, vamos passar ao primeiro ponto da ordem de trabalhos, e peço às autoridades que, em conformidade com aquilo que foi aqui decidido, a título excepcional, possam deixar entrar os bombeiros com as respetivas fardas.

O Sr. Deputado André Ventura está a pedir a palavra?

O Sr. **André Ventura** (CH): — Sim, Sr. Presidente.

Nós retiramos o nosso requerimento, porque o Sr. Presidente percebeu aquilo que era óbvio, ao contrário de outros, ou seja, que os bombeiros podiam entrar — e foi bem termos persistido nesta posição sobre isso.

Agora, o Sr. Presidente começa a dizer que tem de cumprir as regras, mas tem um recurso para pôr à votação e não o faz, dizendo que o recurso não é votado. É tranquilo, mas se é para cumprir...

Protestos do Deputado do L Rui Tavares e contraprotestos do CH.

Não, o recurso já estava apresentado!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Claro!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Vamos mas é falar do que importa!

Protestos do Deputado do CH Pedro Pinto e contraprotestos do Deputado do L Rui Tavares.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Em qualquer caso, perante esta mudança de posição do PSD e do Sr. Presidente, nós agradecemos,...

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Não tem nada que agradecer!

O Sr. **André Ventura** (CH): — ... os bombeiros que venham então, porque é assim que deve ser, e retiramos o nosso recurso.

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, uma precisão: o Sr. Deputado não apresentou o recurso, o Sr. Deputado disse: «Vou apresentar recurso»...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Apresentámos logo!

O Sr. **Presidente**: — E usou da palavra antes.

Outra precisão: eu não sou Presidente do PSD, sou Presidente da Assembleia, portanto, sou Presidente da Assembleia...

O Sr. **André Ventura** (CH): — Eu disse Presidente da Assembleia!

O Sr. **Presidente**: — Eu não tenho problemas, não me vou perder nestas questões de natureza adjetiva que levam ao mesmo resultado.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Então, vote-se!

O Sr. **Presidente**: — Foi só para anteciparmos a entrada na nossa ordem de trabalhos. Vejo que o Sr. Deputado Hugo Soares está a pedir a palavra. Faça favor.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Sr. Presidente, creio que o bom senso de todas as bancadas imperou e ficaram manifestas...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — O vosso não!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — ... duas coisas da intervenção do Sr. Deputado André Ventura.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Isso é uma interpelação à Mesa?

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Em primeiro lugar, depois de tudo o que ouvimos esta semana ou na semana passada da parte do...

Protestos do CH.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Isso não é uma interpelação!

O Sr. **Presidente**: — Ó Sr. Deputado, se é mesmo para uma interpelação à Mesa, faça favor.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — É mesmo para uma interpelação! É que é mesmo!

O Sr. **Presidente**: — Faça favor.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Ficou claro quem é que tinha um interesse genuíno em que os Srs. Bombeiros pudessem assistir ao debate e quem queria o charivari político.

A interpelação à Mesa é neste sentido, Sr. Presidente: na semana passada, decorreu um debate nesta Câmara, neste Plenário, neste Hemiciclo, na Casa da democracia, e uma Sr.^a Deputada entendeu usar uma *t-shirt* alusiva ao tema sobre o qual estava a intervir. Queria, nesta interpelação à Mesa, perguntar ao

Sr. Presidente da Assembleia da República qual foi a bancada e qual foi o Deputado que se indignou com o uso da indumentária na intervenção política no Plenário.

Aplausos do PSD.

Protestos do CH.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Está a perguntar quem é que se indignou?!

Protestos do CH e contraprotestos do PSD.

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado Pedro Pinto pediu a palavra também para uma interpelação à Mesa.

Protestos do CH e contraprotestos do PSD.

Com certeza, Sr. Deputado, tem a palavra para uma interpelação à Mesa. Faça favor.

Protestos do CH e contraprotestos do PSD.

Srs. Deputados, o Sr. Deputado Pedro Pinto tem de ter condições para falar. Faça favor.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Sr. Presidente, em relação a esta suposta interpelação à Mesa do Sr. Deputado Hugo Soares, queria dizer-lhe apenas a si que ela é falsa e que o Sr. Deputado está de má-fé.

Isto porque ele sabe bem que aquilo que dissemos aqui na semana passada foi que um indivíduo foi impedido de entrar nesta Assembleia da República, porque trazia uma *t-shirt* a dizer Grupo de Forcados Amadores de Coruche.

O Sr. **Bruno Nunes** (CH): — Muito bem!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Foi isso que nós dissemos aqui. Portanto, é falso e de má-fé aquilo que o Sr. Deputado Hugo Soares está a dizer.

Aplausos do CH.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Era a *t-shirt* da Inês! Eu falei na *t-shirt* da Inês!!

O Sr. **Presidente**: — Ainda antes de entrarmos no primeiro ponto da nossa ordem de trabalhos, temos um parecer da Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados para votar. Vou dar a palavra ao Sr. Secretário para proceder à sua leitura.

O Sr. **Secretário** (Jorge Paulo Oliveira): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, passo a ler:

«A Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados, reunida no dia 9 de outubro de 2024, entendeu proferir os seguintes pareceres:

1. A suspensão do mandato requerida pelo Deputado Cristóvão Norte (círculo eleitoral de Faro) com efeitos a partir do dia 5 de outubro de 2024, por um período nunca inferior a 30 dias nem superior a 180 dias, cumpre os requisitos legais, sendo substituído por Maria Alexandra Martins Rodrigues Evangelista (círculo eleitoral de Faro), com efeitos a partir do dia 5 de outubro de 2024, inclusive.

2. A suspensão do mandato requerida pelo Deputado Paulo Raimundo (círculo eleitoral de Lisboa) com efeitos a partir do dia 6 de outubro de 2024 e até 12 de outubro de 2024 (inclusive), cumpre os requisitos legais, sendo substituído por Tânia Cristina Mateus Costa (círculo eleitoral de Lisboa), com efeitos a partir do dia 6 de outubro de 2024 e até 12 de outubro de 2024, inclusive.»

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, vamos votar os pareceres.

Submetidos à votação, foram aprovados por unanimidade.

Vamos, então, entrar no primeiro ponto da nossa ordem de trabalhos, fixada pelo Partido Comunista Português, que consiste na discussão conjunta, na generalidade, dos Projetos de Lei n.ºs 207/XVI/1.^a (PCP) — Reconhece a profissão de bombeiro como de risco e desgaste rápido e 208/XVI/1.^a (PCP) — Reforça os direitos e regalias dos bombeiros, procedendo à quinta alteração ao Decreto-Lei n.º 241/2007, de 21 de junho, que define o regime jurídico aplicável aos bombeiros portugueses no território nacional.

Para uma intervenção, dou a palavra ao Sr. Deputado António Filipe, que, para o efeito, dispõe de 26 minutos. Faça favor.

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Passado este incidente, vamos passar ao que mais importa, que é a ordem do dia desta Assembleia, porque está ao alcance desta Assembleia, de todos e de cada um dos Srs. Deputados, fazer com que este dia 9 de outubro de 2024 seja um dia histórico para os bombeiros de Portugal.

Com este agendamento, damos mais um passo na longa marcha que tem sido a luta de há muitos anos do PCP para que os bombeiros portugueses obtenham, na lei e na vida, não apenas nas palavras, mas também nos atos, o reconhecimento que merecem por tudo o que dão à comunidade.

Constam deste agendamento duas matérias a que atribuímos a maior relevância: o Estatuto Social do Bombeiro e a consagração da profissão de bombeiro como de risco e desgaste rápido. Estas questões não são as únicas que afetam o nosso sistema de proteção civil no plano organizativo e financeiro. Questões como o modelo de organização do sistema de proteção civil ou o financiamento das associações de bombeiros carecem de ser seriamente discutidas e teremos de o fazer mais cedo do que tarde.

Mas o agendamento de hoje refere-se aos bombeiros, aos homens e mulheres que enfrentam os fogos rurais e urbanos, que resgatam as vítimas de inundações ou catástrofes naturais, que socorrem os sinistrados e transportam os doentes, que protegem as vidas dos outros com o risco da própria vida.

As duas questões que hoje aqui trazemos, com os projetos de lei que submetemos à discussão e votação, dizem respeito ao Estatuto Social do Bombeiro e às carreiras dos bombeiros. Não ignoramos, evidentemente, que existem diferentes categorias de bombeiros: os sapadores, os municipais, os profissionais das associações humanitárias e os voluntários que acumulam a situação de bombeiros com outras atividades profissionais. Mas quer integrem o Estado, as autarquias locais ou as associações humanitárias, os bombeiros, todos eles, são a espinha dorsal do nosso sistema de proteção civil.

Há situações diferentes e devem ser tratadas com as devidas especificidades, mas a questão essencial é que nenhum bombeiro pode ficar para trás.

Desde há vários anos que é geralmente admitida a necessidade de rever o Estatuto Social do Bombeiro no sentido de reforçar o quadro de benefícios e regalias a atribuir aos cidadãos que integram os corpos de bombeiros profissionais ou voluntários, como forma de reconhecimento pelo valioso serviço que prestam à comunidade e como incentivo para que mais jovens se disponibilizem a prestar serviço como profissionais ou como voluntários nos corpos de bombeiros.

As medidas que o PCP propõe em matéria de Estatuto Social do Bombeiro são para aplicar a todos os bombeiros, a menos que sejam já abrangidos por regimes estatutários mais favoráveis.

São conhecidos os problemas financeiros que enfrentam as entidades detentoras de corpos de bombeiros e é reconhecido como esses problemas se refletem no Estatuto Social dos Bombeiros que os integram, pelo que, a par do reforço do financiamento público dos corpos de bombeiros para a sustentação das respetivas instalações, equipamentos e atividade operacional, é indispensável prestar a devida atenção aos próprios bombeiros e atribuir-lhes um quadro de benefícios e regalias extensivos aos seus familiares diretos, que sejam suportados pelo Estado através do Fundo de Proteção Social do Bombeiro.

Assim, o PCP propõe, nomeadamente, a eliminação da exigência de um período mínimo de dois anos de serviço efetivo, para que os bombeiros possam beneficiar de épocas especiais de exames e de reembolso de propinas e taxas de inscrição pela frequência dos ensinos secundário ou superior; a eliminação da exigência de

um período mínimo de 15 anos de serviço para que os filhos de bombeiros dos quadros de comando e ativo tenham direito ao reembolso das propinas e da taxa de inscrição paga pela frequência do ensino superior.

Propomos que o reembolso das despesas relativas a berçários, creches, estabelecimentos de educação pré-escolar da rede pública e da rede do setor social e solidário passe a incidir sobre a totalidade dos montantes despendidos, mantendo-se em 50 % apenas para berçários, creches, estabelecimentos de educação pré-escolar da rede privada, com a eliminação dos montantes máximos dessas participações.

Propomos que seja concretizado o direito à assistência e patrocínio judiciário dos bombeiros nos processos em que sejam demandados ou demandantes por factos ocorridos no âmbito do exercício das suas funções.

Propomos que os bombeiros voluntários possam beneficiar gratuitamente, não apenas de assistência médica e medicamentosa, mas também psicológica, nos casos de acidente ou doença contraída ou agravada em serviço.

Propomos que seja aumentada, de 15 % para 25 %, a bonificação do tempo de serviço para efeitos de reforma dos bombeiros voluntários que reúnam pelo menos 15 anos de serviço no quadro ativo ou de comando, com um limite máximo de cinco anos de bonificação, sendo o acréscimo de contribuições suportado pelo Fundo de Proteção Social do Bombeiro.

A presente iniciativa introduz um elemento inovador em matéria de apoio social que corresponde a uma necessidade cada vez mais permanente: trata-se do acesso a lares e outros equipamentos para o apoio a idosos.

O PCP propõe um regime de apoio aos bombeiros, aos seus cônjuges e aos seus ascendentes no acesso a lares de idosos, prevendo uma forte participação do Estado nos custos a suportar com o acesso a esses equipamentos, tendo em conta as pensões de reforma auferidas pelos beneficiários. A participação referida deve incidir sobre a totalidade dos encargos a suportar pelos utentes, deduzido o montante correspondente a 50 % do valor da pensão ou reforma de que sejam beneficiários.

Para fazer face ao acréscimo de encargos decorrente da presente iniciativa, o PCP propõe um aumento muito significativo da dotação pública do Fundo de Proteção Social do Bombeiro e propõe que se acabe com o plafonamento na atribuição de subsídios. Ao estabelecer benefícios a atribuir aos bombeiros por via do Fundo de Proteção Social, o Estado tem a obrigação de dotar financeiramente esse fundo, não sendo aceitável um plafonamento financeiro gerador de situações de desigualdade em que uns recebem os benefícios a que têm direito e outros já não recebem porque não há dinheiro.

Sr. Presidente e Srs. Deputados, a outra iniciativa do PCP hoje em discussão diz respeito às carreiras dos bombeiros profissionais e é uma questão da maior importância.

A profissão de bombeiro não é reconhecida como de risco e desgaste rápido. Com o objetivo de reparar essa enorme injustiça, o PCP propõe que seja consagrado esse reconhecimento sendo reduzida a idade da reforma, que seja fixado o limite máximo de tempo de trabalho, que seja fixado o período de férias em 25 dias, que seja criado o direito ao subsídio de penosidade, insalubridade e risco, e que seja definido que os valores do subsídio de risco sejam integralmente suportados pelo Estado.

As profissões de risco e de desgaste rápido são aquelas que, devido às suas características específicas, tendem a causar um desgaste mais acelerado nos profissionais que as exercem. Como comprovam os acidentes de trabalho, os incapacitados em resultado desses acidentes, os traumatizados e os que, infelizmente, perderam a vida, na profissão de bombeiro existem condições de trabalho adversas, sujeitas a condições extremamente difíceis, com elevados graus de pressão, grande desgaste físico e emocional, propiciadoras de desgaste rápido. Tudo isto tem um forte impacto na saúde física e mental destes profissionais.

O PCP propõe a passagem à reforma antecipada e sem qualquer penalização, desde que possuam 30 anos de efetivo desempenho das funções, aos 55 anos para os bombeiros que desempenham funções de natureza operacional; aos 60 anos para os que desempenham funções de natureza técnica, de chefia e de apoio; e aos 65 anos para os que desempenham funções de comando.

O PCP propõe que a compensação pelo risco integre as seguintes componentes: fixação de limites máximos do tempo total de trabalho diário e semanal e aumento do período de descanso entre dois períodos diários de trabalho; fixação do período normal de férias em 25 dias sem prejuízo de outros acréscimos ao período de férias constantes de legislação especial ou de instrumentos de regulação coletiva de trabalho; pagamento do subsídio de penosidade, insalubridade e risco, de valor correspondente a um acréscimo de 25 % relativamente à respetiva remuneração-base.

A bonificação do tempo de serviço para efeitos de pensão dos bombeiros profissionais deve corresponder a 25 % do tempo de serviço prestado como bombeiro nos quadros ativo e de comando, com o limite máximo de cinco anos de bonificação, sendo as correspondentes contribuições para a Caixa Geral de Aposentações ou para a Segurança Social suportadas pelo Fundo de Proteção Social do Bombeiro.

Após completarem 50 anos, os bombeiros devem ter direito à alteração das funções operacionais de elevada exigência física, para funções de natureza administrativa, logística ou de instrução, quando estejam habilitados para o efeito, de acordo com as necessidades do serviço.

Não ignoramos que há outras questões de natureza remuneratória que têm de ser resolvidas. Os bombeiros profissionais das associações humanitárias não dispõem ainda de um estatuto que defina as respetivas carreiras. Importa que o Governo e a Liga dos Bombeiros Portugueses cheguem a acordo sobre esta matéria, de modo a garantir condições dignas de remuneração e progressão nas carreiras dos bombeiros, sem pôr em causa o equilíbrio financeiro das instituições. Por seu lado, as carreiras dos bombeiros sapadores e municipais não são revistas há mais de 20 anos e essa situação não pode continuar.

Da parte do PCP, existe total disponibilidade,...

A Sr.^a **Patrícia Gilvaz** (IL): — Não, não existe!

O Sr. **António Filipe** (PCP): — ... aquando da discussão na especialidade das presentes iniciativas — esperamos que ocorra em breve —, para aprovar uma disposição legal vinculativa quanto à conclusão dos processos negociais entre o Governo e os sindicatos para a revisão das carreiras dos bombeiros.

Sr. Presidente e Srs. Deputados, o serviço prestado pelos bombeiros é frequentemente enaltecido, mas não é suficientemente valorizado. No rescaldo das catástrofes que nos afetam enquanto comunidade, não poupamos nas palavras para expressar a nossa gratidão aos bombeiros. Só que, como diz o nosso povo, «palavras, levam o vento» e os atos concretos para melhorar as condições de trabalho e de vida dos bombeiros, esses, tardam a aparecer.

Hoje estamos em condições de passar das palavras aos atos, com a aprovação e passagem à especialidade dos projetos que estão em discussão. Há discordâncias? Haverá certamente; vamos discuti-las. Há propostas alternativas? Venham elas! Rejeitar estas iniciativas e inviabilizar a sua discussão na especialidade seria uma traição imperdoável aos bombeiros portugueses.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, precisamos dos bombeiros todos os dias, eles precisam de nós e confiam em nós hoje. Sejamos dignos dessa confiança, não os desiludamos.

Aplausos do PCP e do BE.

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado tem quatro pedidos de esclarecimento. Dir-me-á se responde em conjunto ou dois a dois.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — À antiga, um a um!

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Respondo dois a dois, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Para o primeiro pedido de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado André Ventura, do Chega, que dispõe de 2 minutos.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Sr. Presidente, Sr. Deputado António Filipe, cumprimento-o pela intervenção, mas tenho de lhe dizer isto, Sr. Deputado. Terminou a dizer assim: há propostas alternativas? Venham elas! Se há ideias diferentes, venham aqui!

Ora, olhamos para este debate e vemos que há uma característica: o PCP agendou este debate, mas não deixou mais nenhum partido trazer propostas alternativas. Ou seja, venham elas, mas não é para o debate do PCP!

Risos de Deputados do CH e do Deputado do CDS-PP João Pinho de Almeida.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ora bem!

O Sr. **André Ventura** (CH): — É noutro debate qualquer que não aqui. Venham elas, mas não aqui!

Aplausos do CH.

É: venham elas em geral, venham elas um dia, que é para nós dizermos que fomos só nós.

Protestos do Deputado do L Rui Tavares.

Mas, Sr. Deputado, também tenho de lhe perguntar isto. Disse que há uma coisa vergonhosa em Portugal, isto é, que estas carreiras não são revistas há mais de 20 anos. Muito bem, não são.

Ora, quem é que suportou o Governo durante seis anos? Foram seis Orçamentos do Estado — seis, Sr. Deputado! — em que os salários de referência, com o poder de compra, foram sempre perdendo importância...

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Parece que negociaram! Há quem não queira negociar!

O Sr. **André Ventura** (CH): — ... e o estatuto nunca foi revisto.

E até lhe digo mais: hoje o ordenado-base às vezes fica abaixo do salário mínimo, porque inclui os suplementos para efeitos da fiscalidade.

Todos sabemos isto, mas sabemos também uma coisa: se formos ver quem é que nos últimos Orçamentos permitiu que isto acontecesse, foi o PCP e o Bloco de Esquerda.

Aplausos do CH.

Sr. Deputado, gostava que nos dissesse hoje o que é que fez durante a geringonça para evitar que isto acontecesse.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Gostava que nos dissesse assim: «Eu enfrentei o Primeiro-Ministro, António Costa, e disse-lhe que, se isto não passasse, nós lhe tirávamos o apoio.»

Risos do Deputado do PCP António Filipe.

Vou dizer-lhe dizer uma coisa, Sr. Deputado: se fosse um acordo com o Chega e não apoiassem os bombeiros, nós só tínhamos uma coisa a fazer, que era acabar com esse apoio. O PCP nunca fez o mesmo!

Aplausos do CH.

Risos de Deputados do BE e do PCP.

Protestos do Deputado do PS Nelson Brito.

O PCP nunca fez o mesmo. Essa é a diferença!

Portanto, Sr. Deputado, gostava que hoje fizesse o tal exercício de memória e nos dissesse, durante os seis Orçamentos — seis! — que aprovou ou que viabilizou do Partido Socialista, em que os bombeiros perderam o salário...

Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone do orador foi automaticamente desligado.

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, já se percebeu a pergunta.

Tem a palavra o Sr. Deputado Ricardo Lima, do Partido Socialista, que dispõe de 2 minutos.

O Sr. **Ricardo Lima** (PS): — Sr. Presidente, cumprimento todas as Sr.^{as} Deputadas e todos os Srs. Deputados. Cumprimento também os bombeiros aqui presentes; muitos são meus amigos de há muitos e muitos anos. É bom ver-vos aqui.

Se todos tivessem o entusiasmo que fomos tendo no início desta sessão, certamente que muitos dos problemas dos bombeiros já estariam resolvidos.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — O PS tratou muito bem os bombeiros!

O Sr. **Ricardo Lima** (PS): — Mas também, ao ouvir o Chega na intervenção que o Sr. Deputado André Ventura aqui fez, ficámos todos muito perdidos.

Protestos do Deputado do CH Pedro Pinto.

Não se compreendeu, porque ele baralha tudo.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Ele?! Ele é a tua prima!

O Sr. **Ricardo Lima** (PS): — Ele não sabe o que são sapadores, bombeiros profissionais, associações humanitárias. Aquilo é uma confusão total, repito, uma confusão total!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Ele é a tua prima!

O Sr. **Ricardo Lima** (PS): — É um aproveitamento constante daquilo que é a função dos bombeiros por Deputados que não a conhecem e que não têm a legitimidade para tal, ao contrário de outras pessoas que aqui andam ao lado dos bombeiros há muitos anos.

Aplausos do PS.

Protestos de Deputados do CH.

Menos!

Protestos do Deputado do CH André Ventura.

Sim, sim, sim...!

É como lhe estou a dizer, é como lhe estou a dizer.

Protestos do Deputado do CH André Ventura.

Sabes lá o que estás a dizer! Não sabes nada, é o costume!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Sr. Presidente, o que é isto?!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Estás a falar com quem, pá? Pensas que estás em casa a falar com a família?!

O Sr. **Ricardo Lima** (PS): — Sr. Deputado António Filipe, queria fazer-lhe umas perguntas.

Protestos de Deputados do CH.

Sr. Presidente, posso continuar?

O Sr. **Presidente**: — Pode, Sr. Deputado.

O Sr. **Ricardo Lima** (PS): — Sr. Deputado, as propostas aqui apresentadas são nobres, mas têm efetivamente de ser trabalhadas em algumas matérias.

Há algumas questões que eu gostaria de colocar.

Protestos do CH.

No artigo 6.º, é levantada a questão dos dois anos de carência para, do ponto de vista dos estudos, se poder ter os benefícios. A minha questão é muito direta: isto não irá criar injustiças e alguns oportunismos?

A pergunta é direta porque isto já acontece e está relacionado com a questão seguinte, que tem a ver com os 15 anos. Já acontece hoje existir algum aproveitamento e oportunismo e muitos dos comandos hoje aqui presentes têm essa realidade no dia a dia nas suas respetivas associações.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Não posso deixar de fazer uma advertência ao Sr. Deputado, porque me pareceu ter sido altamente indelicado com os outros Srs. Deputados, o que é contra a forma urbana como entendemos que se deve dirigir aos Srs. Deputados,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem! Ouve!

Protestos do Deputado do L Rui Tavares.

O Sr. **Presidente**: — ... sejam do Chega, sejam do Bloco de Esquerda ou de que partido for.

Aplausos do CH.

Sr. Deputado André Ventura, pede a palavra?

O Sr. **André Ventura** (CH): — Era isso, Sr. Presidente, não acho que seja muito aceitável.

Primeiro, não me recordo agora do nome do Sr. Deputado, não leve a mal. Não me recordo mesmo do seu nome.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, está a usar da palavra para que efeito?

O Sr. **André Ventura** (CH): — Para uma interpelação neste sentido, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Para uma interpelação à Mesa?

O Sr. **André Ventura** (CH): — O Sr. Deputado que interveio disse «ele», «ele»...

O Sr. **Presidente**: — Pois, mas isso já foi objeto da minha intervenção.

O Sr. **André Ventura** (CH): — E mais, disse: «Não sabes o que é que estás a dizer»...

O Sr. **Presidente**: — Já está prejudicado, Sr. Deputado.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Eu não andei consigo na escola, Sr. Deputado! Repito, não andei consigo na escola!

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado André Ventura...

O Sr. **André Ventura** (CH): — Não andei consigo na escola!

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado André Ventura, duas coisas: uma interpelação à Mesa é para a Mesa, não é para o Deputado em causa; e, com o devido respeito, atendendo à minha intervenção, parece-me que perdeu, digamos, sentido útil a intervenção da interpelação.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Era para deixar claro este ponto, Sr. Presidente, e esperar que não se repita, porque, sublinho, não andei com o Deputado na escola, verdadeiramente.

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado Ricardo Lima deseja usar da palavra para uma interpelação à Mesa?

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — Ricardo quem?!

O Sr. **Ricardo Lima** (PS): — Exatamente, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Ricardo Lima** (PS): — Sr. Presidente, é muito simples, é apenas para esclarecer. Compreendo que não tenha sido entendido, mas apenas repliquei — como, aliás, pode ser visto na gravação — as palavras que foram ditas por aquela bancada e pelo Sr. Deputado.

Vozes do PS: — É verdade!

O Sr. **André Ventura** (CH): — É mentira!

O Sr. **Fernando José** (PS): — É verdade!

O Sr. **Ricardo Lima** (PS): — Nada mais, como, aliás, se pode confirmar. Nada mais do que isso!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Se não fosses cobarde, ao menos assumias! Mas como és...

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado António Filipe dispõe de 3 minutos para responder à parte útil das questões.

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Sr. Presidente, vou procurar extrair essa parte útil e começo por uma questão que foi suscitada pelo Sr. Deputado André Ventura e que me permite explicar porque é que o PCP não quis arrastamentos neste debate. Foi por uma razão muito simples: porque temos a experiência de que é possível subverter a essência de um debate por via de arrastamentos sobre questões que contrariam o seu objetivo.

Protestos do CH.

Ninguém nos garantia que, admitindo arrastamentos, não viesse o PSD propor a formação de um qualquer grupo de trabalho só para empatar a aprovação deste processo legislativo. Não queremos isso, não queremos defraudar ninguém.

Portanto, as questões muito concretas que estão em discussão são aquelas que aqui propomos. Na especialidade, haverá abertura para todas as questões que sejam suscitadas, não temos a pretensão de ter aqui nenhuma obra perfeita. Haja debate na especialidade, porque estamos com toda a disponibilidade para discutir todas as propostas que venham.

Protestos do Deputado do CH Bruno Nunes.

O Sr. Deputado referiu-se ao que o PCP fez, e eu vou-lhe dizer: no Orçamento rectificativo de 2020 — que o PCP votou contra —, por proposta do PCP, foi aprovado um reforço de 8 milhões de euros das verbas para as associações de bombeiros, para fazerem face às despesas com a pandemia, mesmo com o voto contra do Partido Socialista, que estava no Governo. Portanto, Sr. Deputado, não foi o facto de haver um Governo do Partido Socialista que nos impediu de tomar a posição que considerávamos justa. Mesmo contra a vontade do PS, a nossa posição foi sempre esta: defender aquilo que consideramos justo.

Sr. Deputado, nós sabemos o que fizemos nos anos anteriores, não sabemos é o que é que o Sr. Deputado vai fazer neste outono que estamos agora a viver, em matéria orçamental,...

O Sr. **André Ventura** (CH): — Não se preocupe!

O Sr. **António Filipe** (PCP): — ... com ou sem apoio aos bombeiros! Não sabemos.

Protestos de Deputados do CH e do Deputado do CDS-PP João Pinho de Almeida.

Talvez o Sr. Deputado nos queira dizer que, se não houver apoio aos bombeiros, vota contra o Orçamento, ou vota a favor. Depende!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Depende, depende!

Protestos do Deputado do L Rui Tavares.

O Sr. **André Ventura** (CH): — O Livre só tem quatro votos,...

O Sr. **António Filipe** (PCP): — O Sr. Deputado Ricardo Lima colocou aqui questões muito específicas, que estamos inteiramente disponíveis para discutir.

O Sr. **André Ventura** (CH): — ... tanto faz como vota!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Vamos a eleições!

O Sr. **António Filipe** (PCP): — São, de facto, pormenores, o que significa...

O Sr. **André Ventura** (CH): — Quatro votos não querem dizer nada!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Vamos a eleições!...

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Se o Sr. Deputado Rui Tavares e o Sr. Deputado André Ventura me deixarem falar!...

Dizia que estamos inteiramente disponíveis para discutir essas questões e equacionar as objeções que sejam feitas. Espero é que isso indicie a vontade do Partido Socialista de votar a favor destas iniciativas, viabilizando a sua passagem à especialidade.

O que esperamos do Partido Socialista é que não contribua para a inviabilização destes projetos de lei, porque se o fizer estará a impedir a discussão das objeções que o Sr. Deputado aqui afirmou.

Aplausos do PCP.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sr.^a Deputada Patrícia Gilvaz, da Iniciativa Liberal, que dispõe de 2 minutos para pedir esclarecimentos.

A Sr.^a **Patrícia Gilvaz** (IL): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, começo por reconhecer o valor inestimável dos serviços que os bombeiros prestam ao nosso País, para a segurança e bem-estar dos nossos cidadãos, ao arriscarem frequentemente as suas vidas em prol da segurança de todos os outros. No entanto, os projetos apresentados pelo PCP levantam algumas questões.

Por um lado, aumentar os benefícios e o financiamento estatal sem uma abordagem sustentável, transferindo mais encargos para o Estado sem reformar o Sistema de Proteção Civil, vai criar uma sobrecarga fiscal que irá recair sobre os contribuintes e que, desde logo, não resolve os problemas estruturais. São medidas que, embora bem-intencionadas, não endereçam corretamente os problemas financeiros que afetam o Sistema de Proteção Civil no nosso País.

Por outro lado, reconhecer a profissão de bombeiro como de risco e de desgaste rápido, reduzindo a idade de reforma sem penalizações e criando subsídios adicionais, vai, mais uma vez, agravar os encargos fiscais para o Estado, o que, desde logo, levanta questões quanto à equidade e à sustentabilidade das contas públicas. O caminho certamente não será esse.

Protestos do Deputado do PCP Alfredo Maia.

O reconhecimento do risco e do desgaste rápido da profissão de bombeiro deve, sim, ser feito, reavaliando o sistema como um todo, através de incentivos à modernização dos corpos de bombeiros, com melhores condições de trabalho, investimento nos equipamentos e formação contínua — mas não parece ser esta a verdadeira preocupação do PCP.

A Iniciativa Liberal defende, sim, um sistema de proteção civil moderno, eficiente, que seja baseado numa gestão profissional dos corpos de bombeiros, tanto para os bombeiros profissionais como para os bombeiros voluntários. A solução não pode ser a dependência crescente do Estado para financiar um sistema que pede urgentemente reformas estruturais e que também necessita, obviamente, de transparência na gestão dos recursos.

O Sr. **António Filipe** (PCP): — E quem é que paga?!

A Sr.^a **Patrícia Gilvaz** (IL): — Por isso, a pergunta que tenho para o Sr. Deputado é a seguinte: acha que estas propostas que apresentam garantem a sustentabilidade do Sistema de Proteção Civil, da Segurança Social e do Estado?

Aplausos da IL.

O Sr. **Presidente**: — Tem agora a palavra o Sr. Deputado António Rodrigues, do PSD, para pedir esclarecimentos, dispondo de 2 minutos.

O Sr. **António Rodrigues** (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Deputado António Filipe, assisti com toda a atenção ao desfilar das questões que levantou aqui hoje, que não são mais do que um sumário de todas as reivindicações que, durante anos, os bombeiros foram fazendo. Aliás, parecia uma mera compilação de tudo aquilo que todos os corpos de bombeiros tiveram a oportunidade de falar com todos os grupos parlamentares, e nós tivemos também a oportunidade de os ouvir a todos em relação a todas as questões que aqui foram levantadas.

A questão de fundo não está na justeza das questões que levantam, mas sim na exequibilidade de todas elas, na capacidade de as tornar um efetivo global, tendo em atenção que é fácil falar. Aliás, V. Ex.^a veio aqui dizer que era tempo de parar com as palavras, mas mais não fez do que usar palavras na sua intervenção,...

Risos do Deputado do PCP António Filipe.

... porque a questão concreta é, única e exclusivamente, trazer novamente o Estado para todas estas questões, pôr um telhado por cima de todas as questões que são aqui reivindicadas sem resolver a questão de fundo: contabilizar tudo isso, dizer como é que vamos financiar, dizer como é que é exequível, dizer como é que se é capaz sem criar novas ilusões.

O que o PCP está a fazer hoje vai muito na senda do Chega, e é extraordinário que tenha agora assumido esse manto, para tentar encontrar um posicionamento no espaço partidário, mas não seja capaz de nos dizer quanto custa cada uma dessas medidas, de nos mostrar um estudo que sustente essas questões; que nos venha falar na generalidade dos fundos de proteção social, como se eles tivessem capacidade para cobrir todas as medidas que tem aqui referenciado. Referiu não só questões que têm impacto no Orçamento do Estado, mas também questões que têm impacto no orçamento da Segurança Social, que têm impacto no conjunto de todas as medidas que aqui foram levantadas, como se estivessemos, apenas e só, a ver uma realidade, quando o País é uma realidade muito maior.

Portanto, deixe de falar apenas e só para uma categoria profissional e fale para o País. Mas, quando falar para uma, pelo menos diga que está a falar a sério e que tem um fundamento para as suas propostas.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado António Filipe, dispõe de 3 minutos para responder. Faça favor.

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Sr. Presidente, Sr.^a Deputada Patrícia Gilvaz, não percebi a sua intervenção. Porquê? Porque, primeiro, a Sr.^a Deputada vem mostrar preocupações com os encargos financeiros decorrentes das propostas que o PCP apresenta e, depois, vem dizer que a Iniciativa Liberal defende um sistema de proteção civil moderno e eficiente.

Ora, boa tarde, Sr.^a Deputada!

A Sr.^a **Patrícia Gilvaz** (IL): — Boa tarde!

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Qualquer um de nós gostaria de ter um modelo de proteção civil moderno e eficiente, a questão é saber quem é que o paga! Quem é que o paga? A menos que a Iniciativa Liberal defenda o princípio do «sinistrado pagador».

Risos de Deputados do PCP.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Exatamente!

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Ou seja, quem tiver um incêndio lá em casa tem de pagar para chamar os bombeiros, e eles fazem o orçamento de quanto é que custa apagar o incêndio. Só se é isso!

É que, se não é isso, tem de assumir que o Estado tem de financiar, tem de suportar o Sistema de Proteção Civil, com as características que ele tem em Portugal: uma componente assente em bombeiros sapadores e uma componente muito significativa, como sabe, assente nas associações humanitárias de bombeiros voluntários.

Sr. Deputado António Rodrigues, é evidente que o PCP não inventou estas reivindicações. Há muitos anos que falamos com os bombeiros, com as instituições, com as associações que os representam, com os sindicatos que os representam, conhecemos as suas reivindicações e reconhecemos a justeza das mesmas.

O Sr. Deputado veio dizer que eu referi que tínhamos de passar das palavras aos atos, mas que aqui o que trouxe foram palavras. Sr. Deputado, o que é que queria que eu fizesse?!

Risos da Deputada do PCP Paula Santos.

Não tenho mais nada ao meu dispor, aqui, que não seja intervir nesta Assembleia.

Agora, há uma questão de vontade política, Sr. Deputado. Nós sabemos que o investimento na proteção civil é dispendioso, mas experimentem não ter bombeiros para saber quanto é que isso custa ao País.

O Sr. **Alfredo Maia** (PCP): — Ora, aí é que está!

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Ora bem!

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Essas contas têm de ser feitas. Um bom sistema de proteção civil, que compete ao Estado financiar, é um investimento na segurança do País e de todos os portugueses. Esse investimento tem de ser assumido, sob pena de ficarmos vulneráveis perante catástrofes que podem ter consequências inimagináveis.

O Sr. **António Rodrigues** (PSD): — E quanto custa?

O Sr. **António Filipe** (PCP): — O País precisa de um sistema de proteção civil que seja moderno e eficiente, como diria a Sr.^a Deputada Patrícia Gilvaz,...

A Sr.^a **Patrícia Gilvaz** (IL): — Que seja eficiente, exatamente!

O Sr. **António Filipe** (PCP): — ... mas para isso é preciso que o Estado não esqueça a necessidade de investir, e de investir nas pessoas, ou seja, nos bombeiros. Os equipamentos são necessários, as viaturas são necessárias, todos os meios são necessários, mas sem bombeiros o Sistema de Proteção Civil não funciona. É nas pessoas dos bombeiros que temos de pensar e nos direitos que eles devem ter, pelo reconhecimento que a comunidade faz do valioso serviço que prestam a todos nós.

Aplausos do PCP e do BE.

A Sr.^a **Patrícia Gilvaz** (IL): — Afinal percebeu!

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, vou dar a palavra à Sr.^a Deputada Inês de Sousa Real, do PAN, que dispõe de mais 1 minuto, que lhe foi concedido pelo Partido Socialista. Por isso, peço aos serviços que registem 2 minutos.

Faça favor, Sr.^a Deputada.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Olha o PS a dar tempo ao PAN! André, deixa-te lá disso, pá!

A Sr.^a **Inês de Sousa Real** (PAN): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Cumprimento o PCP por trazer este tema a debate, apesar de lamentar que tenham optado pela via do «orgulhosamente sós».

Sr. Deputado, com todo o respeito, falar em não permitir outras iniciativas por ausência de conexão material não nos parece sério neste debate, nem contribui para a causa justa dos bombeiros sapadores e dos demais bombeiros do nosso País. Recordo até que, no ano passado, precisamente pela mão do PAN, tínhamos aprovado aqui uma iniciativa que visava garantir, não só, o reconhecimento da profissão como sendo de desgaste rápido, mas também a reforma antecipada e a valorização dos bombeiros — proposta essa que não chegou ao seu termo pela dissolução antecipada do Parlamento e também pela rejeição da maioria parlamentar.

O que importa hoje, e aquilo de que deveríamos estar aqui a falar, decorrido este tempo todo, é: o facto de um bombeiro sapador ganhar, em três suplementos, a mísera quantia de 21,10 € — repito: 21,10 € por três suplementos —; o facto de o ordenado-base de um bombeiro sapador ser de 722 € no início da sua carreira, um ordenado abaixo do salário mínimo nacional; o facto de, à data de hoje, abrirem concursos com 60 vagas para

bombeiros sapadores e apenas concorrerem 52 candidatos, quando há uns anos tínhamos, em regra, mais de 1000 candidatos, precisamente por causa desta desvalorização que ocorreu ao longo do tempo; o facto de os bombeiros serem obrigados a trabalhar mesmo estando doentes, precisamente porque não têm acesso à reforma antecipada sem a penalização.

Conforme já referi, esta Assembleia, na Legislatura passada, perdeu a oportunidade de concluir um processo absolutamente relevantíssimo, da mais elementar justiça, mas podemos corrigir esta questão nesta Legislatura.

Aprovámos recentemente uma recomendação para que o Governo negocie com todos os sindicatos não só a revisão salarial, mas também um regime específico de avaliação. Ouvimos aqui o Sr. Primeiro-Ministro elencar uma série de reuniões, mas estas reuniões têm de se traduzir em medidas concretas, e é isso que o PAN pretende efetivamente.

No nosso entender, esta valorização é urgente e deve fazer-se de forma abrangente. Hoje discutimos as matérias relacionadas com os bombeiros sapadores, mas entendemos que este é um debate que não deve deixar de fora, claro, os bombeiros voluntários e os sapadores florestais.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Não foi só os sapadores!

A Sr.^a **Inês de Sousa Real** (PAN): — Nestas iniciativas estão presentes, mas entendemos que deveria ter havido uma oportunidade de debate para todas as forças políticas, em vez de estarmos aqui...

Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone da oradora foi automaticamente desligado.

O Sr. **Presidente**: — Não havendo pedidos de esclarecimento, tem a palavra para uma intervenção o Sr. Deputado João de Almeida, do CDS-PP, que dispõe de 5 minutos.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Queria começar esta intervenção, num debate muito importante, por deixar uma palavra a todos os bombeiros de Portugal, àqueles que recentemente foram homenageados por todos, mas também a todos os outros que diariamente combatem as adversidades e nos representam na proteção e socorro, poupando vidas e protegendo bens.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Quero fazê-lo na pessoa dos quatro bombeiros que perderam a vida recentemente: José Manuel Silva, o «30» dos Bombeiros Voluntários de São Mamede de Infesta, Sónia Melo, Susana Carvalho e Paulo Jorge Santos, dos Bombeiros Voluntários de Vila Nova de Oliveirinha.

Se queremos honrar a sua memória, temos, de facto, de dignificar o nosso papel enquanto decisores políticos, com o poder de mudar o destino daqueles que continuam todos os dias a vestir a farda e a honrar da forma como eles honraram aquilo que é ser bombeiro em Portugal.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Temos de ter a noção, desde logo, de que ser bombeiro não é só combater incêndios, e não é só combater incêndios rurais. As ocorrências a que os bombeiros respondem acontecem todos os dias, colocam dificuldades muito diversas, e todas elas devem merecer a nossa atenção.

A preocupação e homenagem aos bombeiros não pode ser sazonal. A preocupação, o apoio e a homenagem aos bombeiros têm de ser permanentes.

É por isso que temos de nos questionar, enquanto políticos, se esta Assembleia está em dia com os seus bombeiros. Claramente, a resposta é negativa.

Para as vezes que homenageamos, para as vezes que evocamos, para as vezes que agradecemos, temos de ser muito mais exigentes connosco próprios na consequência que temos de dar a essas palavras que, tantas vezes, destinamos aos nossos bombeiros.

Temos de fazer mais em várias áreas: temos de fazer nas carreiras e no estatuto social, como hoje aqui discutimos; temos de atender a bombeiros voluntários e a bombeiros profissionais; temos de olhar para a

questão das retribuições; temos de olhar para a situação do desgaste rápido; temos de olhar para a especificidade das reformas; temos de olhar para o condicionamento na fiscalidade; temos de olhar para a questão dos seguros;...

Protestos do Deputado do PS Nelson Brito.

... temos de olhar para as compensações sociais, na família, na saúde ou na educação. Mas temos também, em relação a todo o sistema dos bombeiros portugueses, de olhar para as questões do financiamento ou para as questões do comando operacional.

Temos de o fazer num debate alargado, e por isso não estranho — como outros que já aqui disseram — que o PCP não deixe mais ninguém agendar iniciativas hoje. É próprio do tipo de debate que o PCP promove, desde logo internamente, de voz única e verdade oficial.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — O que nós queremos é que, além deste debate — que segue as regras do PCP, de pensamento único —, se faça um debate abrangente do ponto de vista social e que consigamos confrontar opiniões. Desde logo, tendo a humildade de olhar para a Petição 88/XVI/1.^a, promovida pela Liga de Bombeiros Portugueses, que deu entrada nesta Assembleia da República e coloca muitas destas questões.

E, tendo oportunidade de responder ao Sr. Deputado, quando perguntou «o que é que fez?», digo-lhe: muitas destas coisas! Sabe uma coisa, Sr. Deputado, vá ver as datas e verá que muito do que está em vigor e agora precisa de ser revisto é do tempo em que, pessoalmente, mas, essencialmente, com a maioria que agora governa, governámos e fizemos reformas em muitas destas áreas.

Aplausos do CDS-PP e do PSD.

Veja as datas das leis, dos decretos-leis, das portarias, e não vai encontrar datas do tempo em que os senhores foram Governo; vai encontrar datas dos tempos em que PSD e CDS foram Governo, em altura muito difícil de restrição económica, com as medidas da troica, e mesmo assim aprovámos, por exemplo, a primeira lei de financiamento das associações humanitárias detentoras de corpos de bombeiros em Portugal.

Essa lei precisa de ser revista, é verdade, mas se algum dia existiu foi porque o PSD e o CDS tiveram a coragem de a aprovar.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Bem lembrado!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Neste momento e neste debate, é importante salientar que está constituído um grupo de trabalho com uma missão para, em 60 dias, discutir estas matérias e chegar a um consenso. Um grupo de trabalho que tem todas as áreas governamentais relevantes — a administração interna, a segurança social, as finanças e os bombeiros — e em que cuja capacidade depositamos esperança. Mas nós não temos a lógica do PCP, não somos de pensamento único e, por isso, não rejeitaremos os contributos do PCP, porque todos podem vir a ser úteis.

O importante a dizer neste momento é que, também para os bombeiros profissionais, o trabalho com a Secretaria de Estado da Administração Local está em curso para que consigamos ter uma solução. O compromisso é claríssimo: são 60 dias.

Nós vamos, em muito menos do que oito anos, em muito menos do que oito meses, fazer o que no passado não foi feito, porque os bombeiros assim o merecem.

Aplausos do CDS-PP e do PSD.

O Sr. **Presidente**: — A Mesa não regista pedidos de esclarecimento, pelo que vou dar a palavra ao Sr. Deputado Rui Tavares, do Livre, que dispõe de 7 minutos para uma intervenção.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Sr. Presidente, Caras e Caros Colegas, Caros Concidãos, muito em particular os senhores e as senhoras, homens e mulheres bombeiros que assistem, nas galerias, ao nosso debate e os que, certamente, também lhe prestam muita atenção fora deste Parlamento: Têm sido diversas as vezes que temos conversado com as vossas associações representativas e — acho que aqui se pode utilizar o plural — estou certo de que muitos outros partidos o têm feito; estivemos várias vezes a conversar lá fora, não quando as câmaras estão ligadas, e também penso que outros Deputados e Deputadas de outros partidos o terão feito; e tivemos reuniões dentro deste Parlamento, também.

Este debate serve, essencialmente, para duas coisas. A primeira é para que todos os partidos se possam exprimir e dizer se estão convosco, no essencial das vossas reivindicações.

Portanto, não nos percamos nos detalhes do processualismo do Parlamento, acerca do que vai ser discutido aqui hoje e depois na especialidade. Acho que o essencial, pelo menos da parte do Livre, é dizer-vos: sim, as vossas reivindicações são justas; sim, na especialidade vamos ter de as discutir com muito pormenor; mas sim, contam com o Livre para vos apoiar.

O Sr. **Paulo Muacho** (L): — Muito bem!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — O segundo objetivo deste debate é, através do Parlamento, poder sinalizar perante o Governo que este grupo de trabalho, que atira — disse-nos ainda agora o Sr. Deputado João Almeida — para 60 dias uma conclusão sobre as condições de serviço de missão de trabalho dos bombeiros, vai estar sob vigilância do Parlamento, até por um detalhe que é muito importante...

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — E bem!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — E bem! Mas, Sr. Deputado João Almeida, se me permite, 60 dias atira o fim da vigência desse grupo de trabalho para lá da aprovação do Orçamento, e não nos podemos esquecer de duas coisas essenciais que fazem parte do nosso contexto — e vou até pô-las ao contrário daquilo que tinha tencionado fazer —, sendo a primeira o debate orçamental que estamos a ter.

Vivemos num País que, durante uma década e meia a duas décadas, não teve praticamente investimento público. Neste ano, estamos a ter um debate orçamental que poderia ser feito de uma maneira muito diferente, desde logo porque existe excedente orçamental — não é, como o Sr. Primeiro-Ministro aqui disse, «a folga que nós, Governo, temos»; pelo contrário, é o resultado do sacrifício que todos e todas fizemos — e, também, porque todas e todos temos o direito de determinar como ele, nas suas linhas gerais, deve ser utilizado.

Tendo esse excedente a dimensão que tem, não podemos vir agora dizer aos bombeiros, como já ouvi dizer neste debate, «façam lá as continhas bem feitas», para ver se as reivindicações dos bombeiros caem na folga orçamental que existe.

O Sr. **António Rodrigues** (PSD): — Não foi isso que foi dito!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — As senhoras e os senhores bombeiros sabem perfeitamente, porque são tão informados como qualquer um de nós, que todos os dias, nas últimas semanas, se têm discutido itens orçamentais de milhares de milhões de euros, o IRS Jovem e o IRC; sabem perfeitamente que as suas reivindicações não estão na casa dos milhares de milhões nem, provavelmente, na das centenas de milhões, talvez estejam na das dezenas de milhões; sabem que algumas das reivindicações que têm, como a de verem material reparado, é gastar hoje para não gastar mais amanhã.

Portanto, não façamos de conta que, depois de anos e anos de sacrifícios e depois de se dizer que há excedente orçamental e que, basicamente, a dívida pública neste ano e nos seguintes não é tema, porque com um crescimento económico moderado de 2 % a nossa dívida convergirá para as regras do euro, seria agora, e logo para os bombeiros, que não haveria dinheiro. Há, evidentemente, dinheiro! A questão é, em especialidade, discutir como o queremos utilizar.

E chegamos ao segundo ponto de contexto, que é essencial. Vivemos num momento, em Portugal e também no resto do mundo, em que os riscos das populações civis são maiores do que eram antes. Os incêndios de

hoje afetam as populações civis, as infraestruturas, os animais e o nosso território de uma maneira que, antes das alterações climáticas e dos fenómenos meteorológicos extremos, não afetavam.

Portanto, há aqui uma visão muito simples do Estado em que, enfim... O Estado moderno diz-nos uma coisa — e em Portugal o Estado moderno nasceu com uma catástrofe, em 1755, e com a resposta a essa catástrofe —: enterrar os mortos e cuidar dos vivos. É, em boa medida, aquilo que os senhores e as senhoras fazem.

Então, das duas uma: ou achamos que, no mínimo dos mínimos, a obrigação do Estado moderno é proteger o território e as pessoas e que, no mínimo dos mínimos, é preciso garantir que haja proteção civil e serviços de bombeiros financiados pelo público para proteger o público; ou estamos de fora do consenso do Estado moderno e achamos que isto pode ser uma espécie de neofeudalismo e cada um que se safe à sua maneira: antes seriam o duque e o conde que, aqui e acolá, protegiam o seu território; agora é a empresa de celulose aqui ou o produtor florestal acolá que terão o seu corpo de bombeiros privado. Essa não é uma visão que o Livre acompanhe!

Portanto, felicito o PCP pela apresentação deste debate, estamos perfeitamente a tempo de o ter na especialidade e o Livre participará nele.

Aquilo que é importante as senhoras e senhores bombeiros aqui saberem é que estamos convosco, as vossas reivindicações são justas e acompanhamo-las. Em relação ao Governo, estamos de olho.

Os 60 dias do grupo de trabalho deixam-vos do lado de lá do Orçamento, quando já pensam estar a salvo do escrutínio político, mas, no que depender de nós, esse escrutínio político será exigível e atendível até ao último segundo.

Aplausos do L.

O Sr. **Presidente**: — Não há pedidos de esclarecimento, pelo que dou a palavra para uma intervenção ao Sr. Deputado Fabian Figueiredo, do Bloco de Esquerda, que dispõe de 8 minutos.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Cumprimento o PCP pelo agendamento deste debate.

Sr.^a Deputada Cristina Rodrigues, bem-vinda de volta.

A Sr.^a **Cristina Rodrigues** (CH): — Oh!...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Mas o que é isto?! E a Mariana está cá hoje!?

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — O debate é marcado sobre uma conta: quanto é que custa? É sempre esta a pergunta quando se quer evitar responder a um problema, não poucas vezes, urgente.

Então, vamos lá fazer as contas. Quanto é que custa e o que é que custa?

O Sr. **António Rodrigues** (PSD): — O que é que custa?!

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Custa em provas de ingresso físicas, escritas e médicas. Custa, por isso, esforço físico e intelectual, e não é pouco.

O que é que custa intervir em fogos florestais ou urbanos, intervir em catástrofes de toda a natureza, cada vez mais frequentes com o desastre climático que enfrentamos? O que é que custa intervir em acidentes rodoviários e ferroviários, não poucas vezes, terríveis, do ponto de vista humano? O que é que custa ter de lidar com matérias perigosas, químicas ou biológicas?

Está estudado: custa stresse, custa pressão física e psicológica, custa saúde mental e física.

Às vezes, neste Parlamento, ouvem-se debates sobre a vida das pessoas, porque nós nunca nos colocamos na vida dessas mesmas pessoas.

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — Olha quem! Olha quem...!

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Custa mesmo, como as senhoras e os senhores bombeiros não se têm cansado de dizer, esperança média de vida. Há estudos que apontam que os bombeiros sapadores vivem menos

15 anos do que a média — 15 anos sem ver os netos! Menos 15 anos de vida! —, e não poucas vezes custalhes mesmo a própria vida.

O que sai mesmo caro ao País, o que sai mesmo caro à República é não valorizar quem nos valoriza, quem nos salva quando mais ninguém nos pode salvar. Por isso, sim, é preciso rever o seu estatuto, aumentar os seus salários.

Os bombeiros e as bombeiras sapadores ganham pouco mais de 1000 € brutos. É uma indignidade!

É preciso garantir que o seu suplemento de risco represente, pelo menos, 30 % da sua remuneração; que têm um horário equilibrado — sim, a sua missão é muito exigente, mas devem ter direito à vida! —; que têm uma reforma antecipada. Se os bombeiros sapadores, que trabalham em situações extremas não têm acesso à reforma antecipada, em termos justos, com 50 anos e 30 anos de serviço, quem é que deve ter?

Achamos nós, acha a República Portuguesa que pode ser decente mandar um homem ou uma mulher com 50 anos entrar num edifício a arder, enfrentar uma catástrofe ou um acidente rodoviário? Não, não é! É sinónimo do contrário: é indecente.

É por isso que o que nos sai mesmo caro é não ter os meios de proteção civil, é não ter bombeiros e bombeiras, como as pessoas corajosas que aqui estão, motivadas e que, pondo a sua vida em risco, têm no mínimo o reconhecimento, através da remuneração e dos direitos, de que os tratamos bem.

Por isso, sim, o que nos custa caro, do ponto de vista moral, o que nos custa caro como País é não tratar em salário, em decência, quem nos salva a vida, as únicas pessoas que nos atendem o telefone quando mais ninguém o pode fazer. O nosso grande obrigado a todas as bombeiras e a todos os bombeiros. Nunca vos falharemos!

Aplausos do BE e do L.

O Sr. **Presidente**: — Não se registando pedidos de esclarecimento, dou a palavra ao Sr. Deputado, André Ventura, que dispõe de 18 minutos e 45 segundos para uma intervenção.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: O tema que nos traz aqui hoje é sobremaneira importante. Por isso, começando pelo fim, queria dizer ao Sr. Deputado Fabian Figueiredo que a Deputada Cristina Rodrigues está aqui hoje, mas está aqui hoje ao contrário do Bloco de Esquerda, que nunca esteve para os bombeiros durante os últimos Orçamentos do Estado. Essa é a diferença!

Aplausos do CH.

É que há os que estão e os que só estão a brincar, como o Sr. Deputado, verdadeiramente.

Por falar nisso, Sr. Presidente, permita-me, neste debate importante sobre bombeiros, começar por referir o orgulho enorme que tenho como presidente deste partido e o orgulho enorme que este partido tem de ser a única bancada — a única! — que tem aqui, a representar o povo português, um bombeiro. Um bombeiro que está entre nós, que nos representa e que representa todos os bombeiros de Portugal.

Aplausos do CH.

É o Eliseu Neves, que aqui está.

O Deputado do CH Eliseu Neves levantou-se, em agradecimento.

Continuação de aplausos do CH.

Temos enorme orgulho em podermos ser verdadeiramente esses representantes de todos os setores da sociedade portuguesa.

Deputado João Almeida, Srs. Membros do Governo, PSD e CDS, com tudo o que foi feito — e que foi —, com tudo o que existiu e que já está feito, não podemos simplesmente dizer que o PCP traz aqui um debate de pensamento único e olhar para o lado sobre o que vamos ou não aprovar.

O Projeto de Lei n.º 207/XVI/1.^a (PCP) — e estamos à vontade, porque ele não é nosso, é do PCP — marca bem a nossa forma de fazer política em Portugal. Não nos interessa se é do PCP, do CDS, do Bloco de Esquerda ou do Livre, interessa-nos se é bom ou mau para os bombeiros de Portugal.

Aplausos do CH, com Deputados de pé.

Falo, pois, do Projeto de Lei n.º 207/XVI/1.^a (PCP) — Reconhece a profissão de bombeiro como sendo de risco e de desgaste rápido. E, Srs. Deputados do PSD e do CDS, deixem-me dizer-vos isto: não há nenhuma desculpa ideológica ou política, não há nenhum olhar para trás ou para o lado; este projeto, seja do PCP ou do Bloco de Esquerda, do Livre, do PS, do PSD ou do Chega, tem de ser aprovado hoje! Hoje, aqui na Casa da democracia!

Aplausos do CH, com Deputados de pé.

Muitos destes homens e mulheres fazem parte de uma carreira que não existe e outros de uma carreira que não é revista há anos. Têm sido confrontados com salários abaixo dos de toda a Administração Pública portuguesa e muito abaixo da média dos da Administração Pública portuguesa.

Então, fica a pergunta: de que nos vale bater no peito todos dias e de que nos vale dizer que temos de dignificar, de melhorar, enquanto olhamos para toda, ou quase toda, a carreira da função pública e todos ganham mais e mais do que estes homens e mulheres?

E deixem-me dizer-vos, com respeito a toda a Administração Pública: poucos setores há em Portugal que mereçam o que estes homens e mulheres merecem ganhar nos seus salários mensais. Poucos há que mereçam ganhar o que estes homens e mulheres deviam ganhar!

Aplausos do CH.

Horas extraordinárias que não são pagas desde 2012, subsídios de turno que não são atribuídos, mesmo exigindo-lhes nós que tenham de ter disponibilidade total nas suas vidas e nas suas ocupações. Porque é isto que lhes dizemos: deem-nos o tempo todo, deem-nos a vossa vida toda, mas não há horas extraordinárias nem subsídio de turno para ser pago. E isto, Sr. Presidente e Srs. Deputados, não é deste Governo nem do último, é da República Portuguesa.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **André Ventura** (CH): — E, com todo o respeito, tem tanta responsabilidade este Governo como os que, durante os últimos oito anos, o suportaram e o andaram a empurrar.

Aplausos do CH.

Por isso, hoje é o dia, e isto mostra como o Chega faz política em Portugal. Mesmo não sendo admitidos os nossos projetos, não vamos olhar para o lado e dizer que não, não vamos olhar para o lado e dizer que, porque não admitiram nada, vamos inviabilizar. Não! Estes projetos irão ao encontro do que muitos destes homens e mulheres querem. Não são nossos? Não. Não foram permitidos, por serem nossos ou de outros? Não. Mas são o que de mais importante o Parlamento deve fazer, que é não olhar à cor do partido ou do cartão, mas para quem vai ser o destinatário destes projetos.

Aplausos do CH.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Portugal teve, em vários anos, a terceira maior área ardida da União Europeia. Não, não são percentagens nem números relativos, tivemos mesmo a terceira maior área ardida de toda a União Europeia.

Países com uma dimensão muito maior do que a nossa em população e em território exigiram a estes homens e mulheres que saíssem de casa para lutar contra o maior ou um dos maiores fogos das suas vidas. E não foi só porque era Portugal, era mesmo um dos maiores à escala europeia e mundial, era notícia de abertura em várias estações internacionais.

Mas, com todos os que nos vieram cá ajudar e que nós reconhecemos, foi a estes homens e mulheres que pedimos, em primeiro lugar, que saíssem das suas casas, que dormissem ao relento, para irem combater este inferno que nos estava verdadeiramente a chegar à porta.

Como é que podemos hoje, Srs. Deputados do Partido Social Democrata e do Partido Socialista, um mês depois de uma nova tragédia ter assolado os bombeiros e de termos perdido vidas, chumbar estes projetos? Não, não e não, nós vamos aprovar hoje, nesta Casa, estes projetos!

Aplausos do CH, com Deputados de pé.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, haverá sempre as ironias de que Portugal faz parte e Portugal integra. A ideia, pelo menos assumida, de que em Portugal o trabalho de reclusos pode ser mais bem pago do que o trabalho de bombeiros a combater as chamas devia, pelo menos, tocar-nos no fundo do coração, do coração do País que estamos a construir.

Quando olhamos para estes homens e mulheres e lhes dizemos que quem está preso e sai para trabalhar ganha mais por hora do que eles, estamos a dizer e a assumir que está tudo errado neste País.

Quando homens e mulheres que arriscam a sua vida pelo trabalho de nos salvar a todos ganham menos do que outros que estão presos a cumprir o seu dever no âmbito do estabelecimento prisional, percebemos que está tudo errado neste País.

Quando estamos todos no caminho errado, quando eles se enganaram todos, nós, Sr.^{as} e Srs. Deputados, só temos um caminho, seja ele de que cor política for: é o caminho de corrigir, é o caminho de acertar, é o caminho de dizer, em nosso nome e em nome da República, que estaremos ao vosso lado.

Aplausos do CH, de pé.

O Sr. **Presidente**: — Como não há pedidos de esclarecimento, dou a palavra ao Sr. Deputado Fernando José, do Partido Socialista, que dispõe de 21 minutos e 58 segundos para a sua intervenção.

O Sr. **Fernando José** (PS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Começo por saudar a iniciativa do Partido Comunista Português e, através dos bombeiros aqui presentes nas galerias, a oportunidade para voltarmos a discutir a relevância da profissão de bombeiro para as nossas comunidades e a urgente necessidade em densificar a valorização desta nobre profissão.

São de separar duas realidades propostas no Projeto de Lei n.º 207/XVI/1.^a (PCP): uma é que, por princípio, este trabalho deve ser feito em negociação e deverá estar refletido na revisão do estatuto; outra ligada à decisão legislativa, que não pode ser casuística e deverá ser enquadrada e devidamente balizada num regime jurídico transversal. Ambas contribuem para o diálogo, num esforço conjunto em estender pontos de consenso que permitam uma justa e efetiva valorização destes profissionais.

Neste caminho de reconhecimento e valorização, para o qual todos estamos convocados, cabe ao Governo, ao Parlamento, às autarquias locais e às estruturas representativas dos trabalhadores um papel determinante.

Numa primeira dimensão e no devido enquadramento, caberá a quem tem poder de decisão nas autarquias locais contribuir para soluções que melhorem a organização do tempo de trabalho, um serviço de saúde e segurança eficiente que mitigue riscos através da formação e prevenção e relações de confiança, para que situações de conflito laboral e desgaste físico e psicológico não se arrastem no tempo, penalizando estes profissionais, muitas vezes presos na instabilidade de más decisões.

Numa outra dimensão, cabe ao Governo e ao Parlamento legislarem no sentido de serem reconhecidos a estes profissionais direitos refletidos na inerente valorização de carreiras e na conciliação entre a vida profissional e pessoal ou familiar.

Nesse sentido, é inegável que, entre 2016 e 2024, o Governo do Partido Socialista e o Grupo Parlamentar do PS — em momentos, e é inegável, foram acompanhados pela esquerda à esquerda do PS — deram importantes passos para esse reconhecimento e para essa valorização.

E porque estes trabalhadores também são trabalhadores do Estado, é bom lembrar e afirmar que assim foi com a reposição dos subsídios de Natal e férias cortados pela direita, que assim foi com a devolução dos cortes nos vencimentos mensais, que assim foi com o descongelamento de carreiras e que assim foi também com a valorização salarial na Administração Pública.

Neste percurso, em que nem tudo foi feito, mas em que o caminho que havia para trilhar estava a ser percorrido com pragmatismo, há que salientar as negociações para revisão do estatuto, com respostas assertivas para as justas reivindicações destes profissionais, que têm de ter continuidade em sede de negociação coletiva.

Destaco o Decreto-Lei n.º 111/2023, de 29 de novembro, que veio clarificar que é admissível e devido o pagamento aos bombeiros profissionais de suplementos remuneratórios pela prestação de trabalho suplementar e de trabalho por turnos. Esta foi uma clarificação que veio garantir a igualdade de tratamento entre bombeiros de todos os municípios, bem como uma remuneração mais justa pelo importante trabalho que desempenham e prestam às comunidades. Quanto ao reconhecimento da profissão como de risco e desgaste rápido, deverá ser analisada e decidida com articulação e com um enquadramento transversal que balize o regime jurídico.

Foi neste caminho percorrido que o anterior Governo criou um grupo de trabalho multidisciplinar, com as áreas da saúde, do trabalho e da segurança social, que visava tipificar as características definidoras da penosidade e dos riscos inerentes às profissões de desgaste rápido, propor limites no seu exercício para mitigar os riscos profissionais, recomendar medidas de redução de penosidade e apontar os possíveis caminhos de reconversão que permitam manter uma saudável vida ativa.

Ora, o grupo de trabalho tinha o encargo, nessa matéria, de apresentar, no espaço de cerca de um ano, um relatório final, com apreciações e recomendações sobre este dossiê.

Com a interrupção da Legislatura, importa, pois, apurar em que fase se encontra o trabalho e o que está a ser feito pelo atual Governo neste âmbito, pergunta que já foi feita pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista e que aguarda resposta da Sr.ª Ministra do Trabalho.

Termino, Sr. Presidente, Srs. Deputados, afirmando que, independentemente da atribuição de um estatuto, faz sentido que as profissões que têm especificidades, desafios, riscos e desgaste acrescidos vejam essas situações acauteladas onde fizer sentido em cada momento. E que esse, sim, é um trabalho casuístico, ajustado a cada caso e a cada realidade profissional. Diferente é a classificação da profissão como desgaste rápido por si, o que não se nega, mas que se entende ser de análise transversal num enquadramento jurídico que balize de forma objetiva o que integra e o que não integra o conceito desgaste rápido.

Temos, pois, caminho para andar, pontes de diálogo para construir e os necessários consensos para alcançar.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado tem dois pedidos de esclarecimento, aos quais vai responder em conjunto.

Sr. Deputado Alfredo Maia, do Partido Comunista Português, tem 2 minutos para um pedido de esclarecimento.

O Sr. **Alfredo Maia** (PCP): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Fernando José, devo dizer que escutei com muita atenção as suas palavras e reflexões e, sobretudo, a nota que deu de que é possível caminhar num esforço de consenso.

Justamente, o PCP está a contribuir não é bem para o consenso, é mesmo para resolução dos problemas, na senda, aliás, do que propôs no seu programa eleitoral, com o compromisso de valorizar e dignificar os profissionais ao serviço do sistema de proteção civil, nomeadamente os bombeiros, e a adoção de medidas dirigidas aos bombeiros, reforçando a sua profissionalização, os meios de formação, o direito a carreiras dignas e justas, etc., etc., e o Sr. Deputado referiu a contratação coletiva como instrumento para este desiderato.

Ora, sinceramente, fiquei sem saber se, neste caminho, o PS caminha lado a lado com o PCP, se nos acompanha quanto mais não seja viabilizando estas nossas iniciativas, que são justas, que são necessárias, que são urgentes e que precisam, naturalmente, de suporte parlamentar.

Portanto, escusado será perguntar-lhe, Sr. Deputado, como é que o Partido Socialista vai votar estas iniciativas.

Aplausos do PCP.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Eliseu Neves, do Chega, dispõe de 2 minutos para um pedido de esclarecimento.

O Sr. **Eliseu Neves** (CH): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, quero cumprimentar todos os camaradas de machados, em especial os do meu corpo de bombeiros de Cantanhede.

Aplausos do CH.

Após os incêndios de 2017, na altura do Governo socialista/geringonça, vieram fundos de solidariedade da União Europeia. Relativamente à assistência ao abrigo do fundo, a Comissão concedeu mais de 50,6 milhões de euros ao Estado português, a fim de ajudar a cobrir custos das operações de emergência e recuperação.

A assistência do fundo está, no entanto, limitada a uma série de medidas essenciais de urgência e de recuperação, incluindo a recuperação de infraestruturas, o alojamento temporário, o financiamento de serviços de salvamento, a garantia de infraestruturas preventivas, a proteção de património cultural e a limpeza de áreas sinistradas. Os Estados-Membros são os únicos responsáveis pela execução, pelo controlo da contribuição do fundo, incluindo a seleção de operações individuais.

No que respeita aos incêndios de 2017, as autoridades portuguesas decidiram afetar a contribuição ao restabelecimento das infraestruturas de transportes, tais como estradas; às infraestruturas de abastecimento de água e de águas residuais; ao restabelecimento das infraestruturas municipais; ao custo dos serviços de salvamento. O que é facto é que nunca chegou nenhum apoio deste fundo às corporações que tiveram danos em equipamentos ou viaturas.

Decorridos quase sete anos, não existe qualquer relatório sobre a utilização e aplicação destes fundos.

Sr. Deputado Fernando José, sabe dizer-nos ou pode esclarecer-nos sobre o paradeiro deste valor de 50,6 milhões de euros e onde é que foram aplicados?

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Fernando José, faça favor. Tem 3 minutos para responder.

O Sr. **Fernando José** (PS): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Alfredo Maia, quero dizer que há um caminho de reposição de direitos e de valorização de carreiras que foi feito pelo Partido Socialista, no qual o Partido Comunista Português e também o Bloco de Esquerda tiveram um papel importante.

Neste caminho, haverá, certamente, ainda espaço para continuar a melhorar a vida dos trabalhadores, nomeadamente destes profissionais, os bombeiros, sobre os quais estamos aqui em debate.

Sr. Deputado Eliseu Neves, não consegui perceber bem a sua pergunta, até porque a minha intervenção foi sobre a profissão de desgaste rápido e a pergunta que me faz nada tem a ver com a profissão de desgaste rápido. Mas, de qualquer forma, quero dizer que, na sequência dos incêndios de 2017, foi constituída uma comissão técnica nesta Assembleia da República, foi produzida legislação e sobre essa legislação há que dizer que veio melhorar a capacidade de intervenção dos bombeiros portugueses.

Aplausos do PS.

Protestos de Deputados do CH.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, vou dar a palavra à Sr.^a Deputada Mariana Leitão, da Iniciativa Liberal. Dispõe de 6 minutos e 45 segundos.

A Sr.^a **Mariana Leitão** (IL): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Os bombeiros têm um papel absolutamente fundamental na segurança e salvaguarda das populações e do território. Tem de ser reconhecido, enaltecido e agradecido o seu trabalho que, muitas vezes, é desempenhado com risco para a sua própria saúde e, não menos vezes, para a sua própria vida.

No entanto, não podemos esquecer que os corpos de bombeiros apresentam diferenças substanciais de meios e de níveis de serviço em função da sua natureza — sapadores, municipais, profissionais, voluntários, com ou sem equipas de intervenção permanente — e da capacidade e disponibilidade dos municípios de suportar o financiamento, nos corpos municipais, ou parte dele, nos corpos de associações humanitárias de bombeiros.

O próprio Tribunal de Contas, em 2022, concluiu que um conjunto alargado de situações merecia atenção por parte da tutela política e da Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil. Entre as situações detetadas, o Tribunal de Contas verificou que a distribuição dos corpos de bombeiros ao longo do território não atende a critérios de economia, eficiência e eficácia.

Foram identificadas também disparidades a nível dos corpos de bombeiros por município e as áreas de intervenção e a população servida por cada corpo de bombeiros apresenta ainda maiores disparidades. Não se encontram igualmente definidos níveis de desempenho padrão a cumprir em função do risco e das características do território, pelo que também não se encontra estimado o custo da estrutura necessária de meios humanos, técnicos e materiais.

Além disso, apenas 22 dos mais de 400 corpos de bombeiros estão constituídos enquanto estruturas profissionais, pelo que, apesar da tendência de criação de equipas de intervenção permanente, o sistema assenta numa lógica de voluntariado.

Ora, todas estas conclusões apontam no sentido de ser necessária uma verdadeira mudança de paradigma, uma verdadeira reforma que permita não só a valorização e profissionalização dos bombeiros, mas também uma efetiva capacidade de resposta às calamidades que, infelizmente, se verificam com maior frequência do que qualquer um de nós desejaria.

É preciso olhar para a coordenação em caso de calamidade, para as linhas de comando, para a articulação entre os bombeiros e a proteção civil e garantir que a capacidade de resposta não é condicionada por questões de desorganização, ausência de liderança ou coordenação.

O Tribunal de Contas, com base nestas conclusões, recomendou ao Governo que promovesse um quadro legal com vista a uma reestruturação do modelo organizativo dos corpos de bombeiros que permitisse maior coesão territorial. Tal implicaria, necessariamente, definir um modelo de serviços operacionais assente na profissionalização e na formação dos recursos humanos, bem como a definição, de forma integrada, dos níveis de financiamento público e das responsabilidades pelo controlo da sua aplicação.

Ainda em julho deste ano, o Sr. Primeiro-Ministro fez várias afirmações alertando para a necessidade de os bombeiros terem incentivos e um estatuto que valorize o seu trabalho e a sua disponibilidade e que seria necessário profissionalizar algumas tarefas e algumas respostas, garantindo que as medidas iam acontecer nos próximos meses e nos próximos anos. Continuamos à espera.

As propostas que o Partido Comunista nos traz aqui hoje, não obstante algum mérito em tentar resolver algumas das reivindicações dos bombeiros, não só não o fazem de forma estruturada, como levantam alguns problemas adicionais. Além disso, ao não permitir «arrastamentos», também não deu a hipótese de existirem outras propostas, com outras soluções, que pudessem ser avaliadas e votadas. Por isso, sobra-nos analisar as duas propostas que o PCP permitiu que viessem a debate.

O PCP pretende alterar as escalas salariais do estatuto de pessoal dos bombeiros profissionais da administração local — os bombeiros sapadores, em concreto — para a atribuição do suplemento de risco, penosidade e insalubridade. Mas, no caso dos bombeiros sapadores, a questão é muito mais profunda, no sentido em que se trata de uma carreira não revista e criar suplementos não resolve o cerne da questão. Os salários não estão adequados à tabela remuneratória única aplicável aos restantes trabalhadores da Administração Pública.

O Sr. **Rodrigo Saraiva** (IL): — Muito bem!

A Sr.^a **Mariana Leitão** (IL): — Para além disso, o PCP pretende que, no âmbito da bonificação, o pagamento, nos termos legais, das correspondentes contribuições para a Caixa Geral de Aposentações ou para a Segurança Social seja integralmente suportado pelo Fundo de Proteção Social do Bombeiro, que funciona no âmbito da Liga dos Bombeiros Portugueses, ao contrário do que acontece atualmente, em que as contribuições são suportadas em partes iguais pelo interessado e pelo fundo, colocando, assim, em causa a sustentabilidade financeira do próprio fundo.

O PCP pretende ainda que aos 50 anos os bombeiros possam passar para funções administrativas, dentro ou fora dos bombeiros. Ora, com a pouca renovação dos recursos humanos que sabemos existir, há menos 10 000 bombeiros desde 2004, coloca-se ainda em causa a sustentabilidade da proteção civil.

É, por isso, fundamental que se avance no sentido de uma verdadeira reestruturação dos corpos de bombeiros, da revisão da carreira, da valorização, da profissionalização, de uma avaliação efetiva do território, de forma a compreendermos as necessidades, e de medidas que promovam o interesse em aderir a uma carreira de bombeiro. Medidas avulso, de forma dispersa nos vários diplomas, muitos deles desatualizados, não vão resolver os problemas, vão só protelar, por algum tempo, alguns deles.

É preciso coragem e é preciso determinação para tomar as decisões e promover as políticas que permitam termos uma verdadeira valorização dos nossos bombeiros e uma concreta e eficiente capacidade de resposta.

Aplausos da IL.

O Sr. **Presidente**: — Vou dar a palavra, para uma intervenção, ao Sr. Deputado João...

Pausa.

... João Antunes dos Santos — peço desculpa, não estava a perceber a minha própria letra —, do Partido Social Democrata. Dispõe de 23 minutos e 3 segundos.

O Sr. **João Antunes dos Santos** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Na Assembleia da República tratamos dos temas que interessam ao País e à vida das pessoas. Todos os debates que aqui fazemos são debates importantes, mas há temas e temas, causas e causas.

Debater e tratar dos assuntos relacionados com as nossas bombeiras e com os nossos bombeiros é, certamente, um dos momentos que mais nos sensibiliza a todos, enquanto seres humanos que somos, e é certamente dos momentos em que o nosso sentido de responsabilidade, de humanismo e de patriotismo é colocado à prova.

Como há muito digo, se há setor da sociedade, se há classe profissional que todos nós — dos mais ricos aos mais pobres, dos mais novos aos mais velhos, dos do Norte aos do Sul, mais cedo ou mais tarde —, em algum momento da nossa vida, vamos precisar é dos nossos heróis: dos nossos bombeiros e das nossas bombeiras, que dão o melhor de si, todos os dias, em prol do próximo, sem pedir nada em troca.

Aplausos do PSD.

Se o País só se lembra dos bombeiros no verão, na época de incêndios, os nossos soldados da paz trabalham todos os dias, 365 dias por ano, 24 horas por dia, não só no combate aos incêndios, mas também na emergência médica, na proteção civil, nos acidentes de viação, no transporte de doentes, na prevenção dos mais diversos e variados eventos. Os bombeiros estão sempre presentes e o País, ao longo dos anos, não foi capaz de dizer «presente» na resposta às suas necessidades.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **João Antunes dos Santos** (PSD): — Todos nós temos conhecimento, na bancada do PSD e certamente em todas as bancadas, daquilo que é a realidade, daquilo que é a vida e daquilo que são as necessidades das bombeiras e dos bombeiros.

Hoje, alguns dos Deputados desta Casa procuraram falar do tema como se fossem donos da causa dos bombeiros ou até donos dos bombeiros. Todos nós temos conhecimento dessa realidade porque na nossa vida cívica tivemos contacto com experiências que nos fizeram ter noção dessa realidade e noção daquilo que são as dificuldades que têm no dia a dia.

Portanto, para que fique claro, o PSD rejeita qualquer aproveitamento, por parte de quem quer que seja, da causa dos bombeiros ou dos bombeiros de Portugal, porque os bombeiros são de Portugal, não são de nenhum partido.

Aplausos do PSD.

Hoje discutimos aqui dois projetos de lei apresentados pelo PCP que, por um lado, visam reconhecer a profissão de bombeiro como de risco e desgaste rápido e, por outro, visam supostamente reforçar os direitos e regalias dos bombeiros. Honra seja feita ao PCP por, ao longo dos anos, ter sistematicamente apresentado propostas em defesa dos bombeiros portugueses.

Mas, Sr.^{as} e Srs. Deputados do PCP, aliás, pergunta que estendo também aos Srs. Deputados do Bloco de Esquerda, ficaria muito bem a VV. Ex.^{as} que assumissem a vossa quota-parte de incoerência, incompetência ou impotência.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Vá ver as votações!

O Sr. **João Antunes dos Santos** (PSD): — VV. Ex.^{as}, nos últimos oito anos, de forma mais clara ou de forma mais discreta, foram a bengala dos Governos do Partido Socialista e foi o Partido Socialista que, nos últimos oito anos, deixou tudo por fazer. Por isso é que hoje, aqui, estamos a tratar, estamos a resolver — e o Governo vai resolver — as necessidades dos bombeiros e que o Partido Socialista, alicerçado no Bloco de Esquerda e no PCP, não conseguiu fazer nos últimos oito anos.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Jorge Galveias** (CH): — Estão a resolver o quê?!

O Sr. **João Antunes dos Santos** (PSD): — Sr.^{as} e Srs. Deputados, oito anos não chegaram para reconhecer a profissão de bombeiro como de risco e desgaste rápido? Oito anos não chegaram para reforçar os direitos e regalias dos bombeiros? Oito anos não chegaram para que o Governo de Portugal olhasse para os bombeiros com o respeito que estes merecem?

Sr.^{as} e Srs. Deputados, portuguesas e portugueses, pela intensidade do trabalho apresentado, pelas medidas já tomadas, pelos problemas herdados já resolvidos, pela transformação que está a imprimir no País, pode parecer que o atual Governo da Aliança Democrática já governa há muito tempo,...

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Há tempo a mais!

O Sr. **João Antunes dos Santos** (PSD): — ... mas, Sr.^{as} e Srs. Deputados, o atual Governo só governa há seis meses! Só governa há seis meses e em seis meses já resolveu aquilo que o anterior Governo não resolveu em oito anos: chegou a acordo com professores, polícias, oficiais de justiça, enfermeiros, guardas prisionais, sem esquecer a concertação social e o setor social.

Protestos do Deputado do PS Nelson Brito.

O Sr. **Carlos Reis** (PSD): — Ouçam!

O Sr. **João Antunes dos Santos** (PSD): — No que respeita aos bombeiros, o PSD não tem duas caras, o PSD não é como o feijão-frade, o PSD, enquanto esteve na oposição, apresentou várias propostas com vista à valorização da classe profissional. O PSD, como não tem duas caras, estando no Governo, não muda de posição e está aqui para dar o corpo às balas e para responder às necessidades das bombeiras e dos bombeiros de Portugal, tal como fizemos durante oito anos e o Partido Socialista não nos deixou melhorar as condições dos nossos bombeiros.

Aplausos do PSD.

Perante isto, para que fique claro e para que não haja dúvidas, é evidente, é óbvio, é inequívoco que o atual Governo tem todo o interesse, toda a vontade e toda a energia para dar aos bombeiros de Portugal aquilo que eles merecem.

Todos reconhecemos, com total boa-fé e humildade, que, ao contrário de outras classes profissionais, em que a sua estruturação e o seu enquadramento normativo e funcional já se encontram estabilizados — sendo que nestes seis meses coube ao Governo, essencialmente, negociar aumentos salariais e eventuais melhorias nas progressões das carreiras —, no caso dos bombeiros não está tudo por fazer, mas quase.

Protestos do Deputado do PS Nelson Brito.

A complexidade do setor é tremenda!

Ora vejamos: temos bombeiros sapadores, bombeiros voluntários, bombeiros assalariados de associações humanitárias, bombeiros inseridos em EIP (equipas de intervenção permanente). Temos bombeiros ao serviço do Estado, bombeiros ao serviço das autarquias locais, bombeiros ao serviço de associações humanitárias.

Este enredo foi criando ao longo dos anos muitas injustiças, que agora temos de resolver com profissionalismo e seriedade.

Protestos do Deputado do CH Pedro Pinto.

O Governo está a trabalhar e vai continuar a trabalhar para resolver aquilo que outros, no passado, foram incapazes de resolver.

Protestos do Deputado do CH Pedro Pinto.

Ainda ontem, o Governo anunciou a criação de um grupo de trabalho para preparar a elaboração da proposta de carreira, benefícios, regalias e formação para os bombeiros.

Protestos do Deputado do CH Pedro Pinto.

E ainda hoje a Sr.^a Ministra disse,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Qual ministra?!

O Sr. **João Antunes dos Santos** (PSD): — ... e passo a citar: «O grupo de trabalho terá 60 dias para apresentar os seus resultados». A partir daí, disse, «será produzida a legislação necessária para que possamos efetivamente melhorar as condições dos nossos bombeiros voluntários e dos bombeiros das associações humanitárias», que estão há 17 anos por regulamentar. Esperamos que venha a existir essa regulamentação no próximo ano.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, se a Sr.^a Ministra, se o atual Governo diz que são 60 dias, vão mesmo ser 60 dias,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — É, é!...

O Sr. **João Antunes dos Santos** (PSD): — ... porque este Governo já nos habituou a que palavra dada é palavra honrada.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Agora a sério!

O Sr. **João Antunes dos Santos** (PSD): — No que respeita àquela que é a missão deste grupo de trabalho, este grupo de trabalho pretende tratar da carreira para os bombeiros — uma reivindicação antiga e mais do que justa, que traz estabilidade, previsibilidade e valorização aos nossos bombeiros.

Pretende igualmente tratar dos benefícios e regalias para os bombeiros voluntários — um reconhecimento mais do que justo, pela nobre missão que os bombeiros desempenham e um incentivo para novos bombeiros. Trata-se de um trabalho que deve ser feito em articulação com a Associação Nacional de Municípios Portugueses, porque cada vez são mais os municípios que atribuem benefícios e incentivos aos seus bombeiros.

Pretende ainda que seja feita uma aposta na formação. Tem de existir investimento na formação, que tem de ser feito de forma regular e contínua, porque apostar na formação dos nossos bombeiros é também apostar na sua proteção e na sua segurança individual.

É desumano que, ano após ano, continuemos a perder soldados da paz numa guerra em que não pediram para entrar, mas que heroicamente combatem.

Só salva quem está a salvo, e nós queremos os nossos bombeiros a salvo!

A criação do grupo trabalho ontem anunciado será o início de um processo que queremos que seja rápido — aliás, durará 60 dias, como já foi dito —, eficaz e estrutural, para dar aos bombeiros e ao País melhores soluções do que aquelas que o PCP aqui apresenta no seu projeto de lei destinado a reforçar os direitos e regalias dos bombeiros.

Quanto ao reconhecimento da profissão de bombeiro como de risco e de desgaste rápido, parece-nos que o PCP quis, propositadamente, e certamente numa lógica populista e eleitoralista, fazer tábua rasa do pouco — pouquíssimo! — trabalho que o anterior Governo fez nesta matéria, ao proferir o Despacho n.º 5/2023, que visou a criação do grupo de trabalho para o estudo das profissões de desgaste rápido, respetivas características, e formas de mitigação da penosidade e dos riscos.

Cada vez mais existem setores da sociedade a reclamar que determinadas profissões sejam reconhecidas como de desgaste rápido — por exemplo, nos setores da saúde e da indústria —, pelo que é muito importante que o legislador tenha um trabalho técnico consolidado e aprofundado sobre esta matéria, para não vir, por um lado, a abrir uma «caixa de Pandora» e, por outro, a fomentar injustiças, considerando umas profissões de desgaste rápido, em detrimento de outras que materialmente também o seriam.

É um tema sério e complexo, que não deve ser discutido nem decidido por impulso. Daí ser importante aguardar pelas conclusões — que se esperam rápidas — deste estudo, para, a partir daí, podermos legislar com os dois pés bem assentes na terra.

Não podemos, agora, à pressa, contribuir para a confusão legislativa, fazendo leis sobre leis, fazendo remendos aqui e acolá.

Os bombeiros de Portugal merecem que, de uma vez por todas, se olhe para toda a complexidade do setor e para as suas legítimas reivindicações e se faça um trabalho sério e estruturado, que não sirva só para os próximos meses ou para o próximo ano, mas que sirva o País e os bombeiros para as próximas décadas.

Aplausos do PSD.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, em seis meses, este Governo fez o que lhe foi humanamente possível fazer!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Outra vez?! Parecem o PCP, sempre com a mesma cassetel!

O Sr. **João Antunes dos Santos** (PSD): — Penso que o País — toda a gente, todos os portugueses — reconhece isso.

Este Governo tem mostrado trabalho, tem feito aquilo que lhe tem sido humanamente possível fazer.

Para além do que antes referi, este Governo já apresentou uma proposta legislativa que agrava o quadro sancionatório dos crimes praticados contra agentes das forças de segurança — incluindo os bombeiros, obviamente —, reforçando assim a sua autoridade.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, bombeiras e bombeiros de Portugal, acreditem que este Governo está empenhado em trabalhar para melhorar a vida dos nossos soldados da paz. Acreditem que este Governo vai trabalhar para melhorar a vida dos nossos soldados da paz. Percebam que este Governo não governou nos últimos oito anos, governa só há seis meses. Portanto, deem-nos tempo, deem-nos oportunidade. Acreditem, e deem-nos oportunidade de fazermos o que outros não quiseram ou não conseguiram fazer em oito anos.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Tal como as bombeiras e os bombeiros de Portugal nunca desistem perante os mais desafiantes, perigosos e arriscados teatros de operações, também o Governo da Aliança Democrática não vai desistir de trabalhar afincada e seriamente para dar a estas heroínas e a estes heróis a justiça, a dignidade e o reconhecimento que há muitos anos lhes são devidos e que Portugal lhes deve.

Vamos ao trabalho! Glória e honra aos bombeiros de Portugal!

Aplausos do PSD.

Protestos do CH.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — É a conversa da banha da cobra!

Entretanto, assumiu a presidência o Vice-Presidente Rodrigo Saraiva.

O Sr. **Presidente**: — Muito boa tarde a todos.

O Sr. Deputado tem quatro pedidos de esclarecimento. Pergunto se quer responder dois a dois ou a todos em conjunto?

O Sr. **João Antunes dos Santos** (PSD): — Dois a dois, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Então os pedidos de esclarecimento serão divididos em dois grupos. Os Srs. Deputados têm 2 minutos para fazer os pedidos de esclarecimento e depois o Sr. Deputado terá 3 minutos para responder.

O primeiro pedido de esclarecimento será da Sr.^a Deputada Paula Santos, do Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português.

Protestos do CH e contraprotestos do Deputado do BE Fabian Figueiredo.

Agradeço que os Srs. Deputados deem condições para o pedido de esclarecimento ser efetuado. Muito obrigado. Faça favor, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — Muito obrigada, Sr. Presidente.

Uma primeira observação para dizer ao Sr. Deputado que as propostas do PCP para valorizar os bombeiros sempre estiveram na Assembleia da República. O que faltou para a sua aprovação foram os votos por parte do PSD. E veja, Sr. Deputado: quando o PSD votou a favor, essas propostas foram aprovadas.

Portanto, aquilo que faltou para que pudéssemos, mais cedo, reforçar os direitos e valorizar os bombeiros foi, de facto, a vontade política por parte do PSD.

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Essa é que é essa!

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — Mas, Sr. Deputado, deixe-me dizer-lhe também o seguinte: ainda bem que o PCP marcou este debate para hoje, porque já obrigou o Governo a ter de vir a público dizer que vai criar um grupo de trabalho.

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Exatamente!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Foi mesmo por causa deste debate!

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — Mas, Sr. Deputado, estamos aqui na Assembleia da República a discutir propostas em concreto, e há a oportunidade, hoje, de as aprovar e de seguir para um debate na especialidade.

Assim, a questão concreta que lhe quero colocar é: qual vai ser a posição do PSD relativamente a estas propostas do PCP?

O PSD está, ou não, de acordo que seja reconhecida como profissão de risco e de desgaste rápido a profissão de bombeiro? Está, ou não, de acordo que deve haver uma antecipação da idade da reforma? Está, ou não, de acordo que deve ser criado um subsídio de insalubridade, penosidade e risco para os bombeiros?

São estas questões que estão hoje em cima da mesa, e é isto que importa conhecer perante não só os bombeiros que estão aqui a assistir, mas todos os bombeiros do nosso País.

Isto porque não bastam palavras de reconhecimento; é preciso que as mesmas tenham concretização e tradução no concreto. E, no concreto, neste momento, aquilo que se impõe é valorizar, no plano da carreira e dos direitos, estes profissionais: os bombeiros.

Está o PSD disponível para isso?

Aplausos do PCP.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Para o segundo pedido de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado João Graça, do Grupo Parlamentar do Chega.

O Sr. **João Paulo Graça** (CH): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, o bombeiro é aquele homem ou mulher que, nas situações de perigo ou risco, deixa o seu trabalho, o seu lazer, a sua família, para socorrer quer as nossas florestas, quer qualquer cidadão em terra ou no mar. Sai com sol, chuva, quer seja noite, quer seja dia.

O bombeiro é aquele que não sabe, nem lhe importa, quem vai salvar.

Todos sabemos da violência psicológica com que tem de lidar em muitas situações.

Contudo, infelizmente, o bombeiro é aquele de quem os sucessivos Governos se esquecem há anos e anos e só é lembrado quando acontecem grandes desgraças como os incêndios de 2017 e 2024.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, não são as palavras de lamento, as palmadinhas nas costas, nem a imposição de medalhas que dão dignidade ao bombeiro, mas sim o reconhecimento em forma de direitos, incluindo financeiros, e regalias.

Então pergunto ao PSD, ao PS e a toda a esquerda, mas em especial ao Sr. Deputado João Antunes dos Santos o seguinte: Sr. Deputado, estamos em 2024 a discutir o reconhecimento da profissão de risco e de desgaste rápido destes verdadeiros heróis. Ora, tendo em conta que o seu partido é atualmente Governo e já foi Governo em outras legislaturas e dada a inércia até hoje, o Sr. Deputado deveria ter começado a sua intervenção por pedir desculpa aos portugueses, mas sobretudo a todos os bombeiros.

Aplausos do CH.

O Sr. **Carlos Reis** (PSD): — Pedir desculpa?!

O Sr. **João Paulo Graça** (CH): — Sr. Deputado, será que é desta que vai tarde mas vai fazer justiça?

Protestos do Deputado do PSD Carlos Reis.

Será desta que vamos aprovar o reforço dos direitos e regalias?

Protestos do Deputado do PSD Carlos Reis.

Ou será que é preciso acontecerem mais desgraças, que um dia poderão ser nas nossas próprias casas?
Termino dizendo: vida por vida.

Obrigado, em meu nome, em nome do Chega. Obrigado, bombeiros de Portugal!

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Para responder, dispondo de 3 minutos, tem a palavra o Sr. Deputado João Antunes dos Santos.

O Sr. **João Antunes dos Santos** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr.^a Deputada Paula Santos, há pouco, quando fiz a minha intervenção, disse que o PCP tem um histórico de apresentação de propostas no sentido de melhorar a vida dos bombeiros. É verdade, disse isso, porque acho que todos concordamos que, tendo em conta o historial do PCP, é mais do que justo reconhecer.

Mas também ficaria bem ao PCP reconhecer que o PSD, ao longo dos últimos anos, apresentou sistematicamente propostas,...

O Sr. **António Rodrigues** (PSD): — Bem lembrado!

O Sr. **João Antunes dos Santos** (PSD): — ... nomeadamente em sede de Orçamento do Estado, que foram chumbadas pela maioria socialista, propostas essas que visavam efetivamente melhorar as condições das bombeiras e dos bombeiros de Portugal.

E o que eu disse há pouco foi: se o PSD na oposição defendia isso, não é por ser agora Governo que não vai continuar a defender. No Governo, vamos implementar aquilo que defendemos na oposição, porque nós não temos duas caras e nós estamos aqui para trabalhar pelas bombeiras e pelos bombeiros de Portugal.

Aplausos do PSD.

Mais, relativamente ao anúncio do Governo sobre a criação do grupo de trabalho — que efetivamente foi anunciado ontem —, a verdade é que os bombeiros sabem que, desde que tomou posse, este Governo tem procurado encetar negociações com vários setores, obviamente, e também com os bombeiros. Este é um trabalho de negociação, um trabalho demorado, um trabalho que tem de ser feito com seriedade, e que obviamente tem de ser feito daqui para a frente.

Parece-nos que o prazo de 60 dias que foi anunciado pelo Governo é perfeitamente razoável para que, em 60 dias, se encontrem soluções para repor a justiça daquilo que durante anos não foi feito às nossas bombeiras e aos nossos bombeiros.

Quero dizer também que, na bancada do PSD, temos muita gente que, pelas mais variadas funções que exerceu e exerce, tem conhecimento daquela que é a realidade efetiva das dificuldades não só das bombeiras e dos bombeiros, mas também das nossas associações humanitárias. Portanto, os bombeiros sabem que podem contar com o PSD, agora que é Governo, para, de uma vez por todas, olharmos para este setor e fazermos justiça.

Quanto ao Sr. Deputado do partido Chega, quero dizer-lhe o seguinte: o Sr. Deputado disse que o PSD deveria pedir desculpa. Sr. Deputado, devolvo-lhe essa recomendação.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Aldrabão!

O Sr. **João Antunes dos Santos** (PSD): — Acho que o Chega é que deveria pedir desculpa não só a esta Casa, não só aos portugueses, mas sobretudo aos bombeiros, por estar aqui permanentemente a fazer aproveitamento político, oportunismo,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Aldrabão!

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **João Antunes dos Santos** (PSD): — ... repito, oportunismo e aproveitamento político nesta causa tão nobre que é a causa das bombeiras e dos bombeiros de Portugal.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Aldrabão!

O Sr. **João Antunes dos Santos** (PSD): — Peçam desculpa por usarem os bombeiros em prol dos vossos interesses partidários,...

Aplausos do PSD.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Aldrabão! Quatro vezes aldrabão!

O Sr. **Carlos Reis** (PSD): — Vergonha! Vergonha!

O Sr. **João Antunes dos Santos** (PSD): — ... porque VV. Ex.^{as} não olham a meios para atingir os fins!

Aplausos do PSD.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Cinco vezes aldrabão! Que vergonha! Mete nojo!

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Vamos passar à segunda ronda de pedidos de esclarecimento.

Protestos do CH e contraprotestos do PSD.

Srs. Deputados, os trabalhos têm de continuar.
Vamos para a segunda ronda de pedidos de esclarecimento.

Protestos do CH.

O primeiro será da Sr.^a Deputada Filipa Pinto, do Grupo Parlamentar do Livre, a quem dou as boas-vindas à Casa da democracia.

Faça favor, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Filipa Pinto** (L): — Sr. Presidente, Caras Deputadas e Caros Deputados, Sr. Deputado do PSD João Antunes Santos, é uma pergunta para a bancada do PSD. Todos, nesta Assembleia, reconhecem a importância e o valor dos bombeiros, porém, alguns dos que aqui estão, estão mais preocupados com os custos do que com a segurança.

Os bombeiros pedem valorização da carreira, atualizações salariais que tornem a carreira mais atrativa, atualização e pagamentos dos suplementos de risco — convenhamos que 7 € por mês de subsídio de risco é inaceitável — e que se considere a profissão de bombeiro sapador como sendo de desgaste rápido...

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Sr.^a Deputada, peço desculpa. O erro talvez tenha sido meu, porque não informei os serviços, mas a Sr.^a Deputada tem 2 minutos de tempo de intervenção.

A Sr.^a **Filipa Pinto** (L): — Quanto tempo tenho então, Sr. Presidente?

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Indicam-me que restam apenas 24 segundos desse tempo. Peço desculpa, o erro foi meu, que não vi que não tinha tempo. Peço desculpa por ter interrompido, Sr.^a Deputada.

Peço-lhe que continue a fazer o seu pedido de esclarecimentos até ao fim e peço aos serviços que acrescentem 5 segundos ao tempo restante, devido à minha interrupção.

Tem a palavra, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Filipa Pinto** (L): — Em suma, queremos saber se o PSD está disponível para responder a estas justas reivindicações dos bombeiros portugueses, porque cada euro público que se investe nos bombeiros pode representar várias centenas ou milhares que se pouparão em tragédias por todo o País.

E não, não será nenhuma empresa privada que nos vai salvar, mas sim estes homens e mulheres que aqui estão hoje.

Aplausos do L.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Peço desculpa mais uma vez, Sr.^a Deputada, porque foi lapso meu, que olhei para um número e não olhei para o outro lado.

Para o segundo pedido de esclarecimento, aqui, sim, com 2 minutos, tem a palavra o Sr. Deputado Ricardo Lima, do Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

O Sr. **Ricardo Lima** (PS): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr. Deputado João Antunes Santos, disse — e disse-o muito bem — que esta é uma causa de todos.

Acho que foi oportuno esse momento e, por isso, permita-me que lhe diga que respeitamos essas suas palavras. E respeitar essas suas palavras é, desde logo, compreendermos e assumirmos o contrário também do que disse, tendo dado a entender que nada tinha sido feito, o que não é verdade.

Podemos dar alguns exemplos. Desde logo, o número de EIP que existem hoje em Portugal e o número de EIP que existiam antes do início dos Governos do PS: de cerca de 200 — não chegava a esse número quando iniciámos funções — passámos, hoje, para cerca de 700. As associações humanitárias, assim como os municípios, sabem bem o quanto crescemos, fizemos e trilhámos neste percurso.

Assim como também crescemos no reforço das verbas e das transferências do Orçamento do Estado para os bombeiros. Em 2023, por exemplo, 6,7 e, em 2024, mais 4,9.

Podíamos dar muitos outros exemplos, da resposta do serviço de emergência médica, dos acordos com o INEM (Instituto Nacional de Emergência Médica), em que estiveram envolvidas as entidades representativas dos bombeiros — e com ganhos objetivos —, trabalhados com o Governo do PS.

Por isso, Sr. Deputado, sim, é uma causa de todos, respeitemos esse seu comentário, porque ele é acertado, mas reconheçamos também o que foi feito e reconheçamos também que há necessidade de prosseguir o trabalho realizado. É isso que esperamos. E esperamos mesmo que esse grupo de trabalho não seja só mais um grupo de trabalho, que depois não tem resultados objetivos para apresentar nem trabalho realizado.

Por isso, faço-lhe uma pergunta muito direta: tendo em conta que o partido que governa o País é a AD (Aliança Democrática), quer dizer, o PSD, e em particular a sua bancada, que propostas em concreto é que existem e vão ser trabalhadas e apresentadas no âmbito deste grupo de trabalho?

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Para responder, com 3 minutos, tem a palavra o Sr. Deputado João Antunes dos Santos.

O Sr. **João Antunes dos Santos** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, dirigindo-me à Sr.^a Deputada do Livre, queria, em primeiro lugar, dar-lhe as boas-vindas ao Parlamento e queria dar também ao Livre as boas-vindas à causa dos bombeiros,...

Risos do L.

... porque a verdade é que antes de o Livre existir, já o PSD, há muitos anos, defendia as reivindicações legítimas dos bombeiros em Portugal.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **João Antunes dos Santos** (PSD): — De forma muito direta, e respondendo à sua questão, disse há pouco, ali em cima, na minha intervenção inicial, que a bancada do PSD e o Governo estão disponíveis para, de uma vez por todas, responderem às reivindicações e às necessidades das bombeiras e dos bombeiros de Portugal.

De uma vez por todas, vamos fazer justiça. Nesse desígnio, que penso que é um desígnio de todos, esperamos também contar com o contributo e com o envolvimento de todos os partidos, porque, efetivamente, esta é uma causa que nos deve unir a todos.

Quero agradecer ao Sr. Deputado do Partido Socialista, naturalmente, as suas palavras. Deu o exemplo das EIP, que é uma realidade que conheço sobejamente bem. Queria dizer que, efetivamente, foi melhor do que aquilo que existia, não há dúvida disso, mas também veio criar ao sistema muitas desigualdades e injustiças, sobretudo pela forma como foram distribuídas, porque foram distribuídas por corpos de bombeiros, ao invés de serem distribuídas de acordo com as necessidades e as circunstâncias de cada território. E há concelhos, como sabemos, que têm mais do que um corpo de bombeiros e, portanto, foram, em certa medida, beneficiados ao terem mais EIP, em detrimento de outros concelhos que tinham mais necessidades, mais fatores de risco e que não viram atribuídas essas equipas de intervenção permanente.

Vozes do PSD: — É verdade!

O Sr. **João Antunes dos Santos** (PSD): — Portanto, foi feito algum trabalho, mas esse trabalho — reconhecamos todos — tem de ser melhorado, tem de ser aprimorado, porque efetivamente foram criadas aqui algumas desigualdades e injustiças que precisam de ter a nossa atenção e a atenção do Governo para que possam ser ultrapassadas.

Por fim, relativamente ao grupo de trabalho, há, efetivamente, o compromisso do Governo, há o compromisso da Sr.^a Ministra — que ainda hoje disse isso —, de que o grupo de trabalho terá resultados em 60 dias.

As propostas que o Governo e o PSD terão, para além daquelas que decorrem do Programa do Governo que foi apresentado nesta Casa, resultarão também da discussão, do trabalho e dos contributos das várias entidades que estão envolvidas nesse grupo de trabalho.

Mas há uma coisa que lhe posso dizer, como há pouco disse, ali em cima, na tribuna: para este Governo, palavra dada é palavra honrada. O grupo de trabalho vai ter resultados e vamos trabalhar nesse sentido, para melhorar a vida das nossas bombeiras e dos nossos bombeiros.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Para uma intervenção, até 4 minutos e 36 segundos, tem a palavra o Sr. Deputado José Soeiro, do Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda.

O Sr. **José Moura Soeiro** (BE): — Sr. Presidente, Sr. Deputado João Antunes dos Santos: Não resisto a comentar algumas das suas intervenções, porque no problema dos bombeiros, como no de outras classes profissionais, como a dos professores, não foi o Bloco de Esquerda nem o PCP, foi, antes, o PSD, que veio, frequentemente, no passado, em socorro do anterior Governo para não reconhecer direitos.

Protestos da Deputada do PSD Carla Barros.

Quantas vezes trouxemos aqui questões profissionais, quantas vezes discutimos neste Parlamento — eu sei, porque os apresentei aqui, em nome da nossa bancada — projetos sobre o reconhecimento da penosidade, do desgaste rápido, da reforma antecipada ou das horas extra também, que é um problema que não diz respeito apenas aos bombeiros, mas que também lhes diz respeito, e sempre essas propostas, à exceção das referentes aos pedreiros, tiveram a oposição do PSD.

Mas não estamos aqui para fazer ajustes de contas com o passado; estamos aqui para responder aos bombeiros — a quem saúdo, novamente —, com quem estamos solidários.

Temos reunido com os sindicatos dos bombeiros, estivemos nos acampamentos dos sapadores em luta, nomeadamente em frente à Câmara Municipal do Porto. Mesmo com o frio, com a chuva, com o vento, esses acampamentos continuam, e os bombeiros usam as suas folgas para lutarem pelos seus direitos, mantendo sempre — sempre! — o serviço operacional. E continuam acampados, continuam na luta, à espera de compromissos, de respostas concretas do Governo, que vão para além de um grupo de trabalho que, até ver, não tem nada de concreto em termos de resposta e de proposta.

Estivemos aqui — nas escadarias deste Parlamento — com os bombeiros, que vieram de todo o País e que estavam a lutar por sentirem uma indignação que resulta desta contradição, que é o facto de terem um risco máximo no exercício da sua profissão e uma valorização mínima do seu trabalho, do ponto de vista das condições laborais e de aposentação.

Saudamos o PCP por ter agendado este debate. Sabemos que esta não é a causa de um só partido, é a causa de quem defende homens e mulheres que estão em luta para serem valorizados, para serem respeitados e cujas conquistas virão da mobilização que têm feito e que já está a produzir efeitos, como vemos neste debate.

O Bloco de Esquerda entregou já dois projetos, um relativo à valorização da profissão dos bombeiros sapadores, através da revisão do seu estatuto profissional e da correção da tabela remuneratória, e outro para atribuir aos bombeiros o estatuto de profissão de risco e de desgaste rápido, conferindo o direito ao subsídio de risco e penosidade e, também, a antecipação da idade da reforma.

Votaremos a favor dos projetos apresentados pelo PCP, que estão hoje em discussão, e, em sede de especialidade, usaremos a nossa força, a nossa energia e o nosso voto, naturalmente, para respondermos às aspirações dos bombeiros.

O que é que queremos que saia do processo de especialidade? Queremos, obviamente, que estes projetos sejam aprovados e que se inicie um processo de especialidade e, desse processo de especialidade, queremos que saia: primeiro, um suplemento de risco, de penosidade, de insalubridade, no valor de 30 % em relação à remuneração dos bombeiros — é uma medida concreta que queremos que saia da discussão em sede de especialidade; queremos que não haja salários base abaixo da remuneração mínima mensal garantida; queremos que haja um pagamento com uma majoração de 100 % do trabalho em dias feriados; queremos que se paguem as horas extra que não foram pagas; queremos que se anule o modelo de avaliação, que é injusto, o SIADAP (Sistema Integrado de Gestão e Avaliação do Desempenho na Administração Pública), e o modelo de quotas que não reconhece o mérito destes trabalhadores, como, aliás, acontece com outros grupos profissionais da Administração Pública; e queremos um regime de reforma antecipada que reconheça a penosidade desta profissão.

Todos reconhecemos que os bombeiros estão expostos a uma penosidade particular — pelos incêndios, pela inalação de fumo, pela pressão constante a que está sujeito o seu exercício profissional, pelos cenários traumáticos com que são confrontados, pelas grandes exigências emocionais e físicas.

Podemos fazer isto de forma simples: basta retomar o regime que havia até 2002, em que, com 30 anos de serviço, aos 50 anos para os bombeiros sapadores, ou aos 54, aos 56 ou aos 60, dependendo da categoria, os bombeiros poderiam reformar-se.

É para fazer isso que aqui estamos, sabendo que defender estas propostas e garantir que são elas que saem da especialidade, isso sim, é que é estar com os bombeiros para além das proclamações; isso sim, é que é estar com os sapadores em luta. E apelamos a todos os partidos para que seja desta que se responde aos bombeiros e que se resolvem os seus problemas.

Aplausos do BE.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Sr. Deputado, terá de usar os 2 segundos que lhe restam para responder ao pedido de esclarecimento que lhe vai ser formulado pelo Sr. Deputado João Antunes dos Santos, que tem, para o efeito, até 2 minutos.

O Sr. **João Antunes dos Santos** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr. Deputado José Soeiro, há pouco referiu aqui que, nas Legislaturas passadas, o PSD, em conjunto com o PS, impediu que as propostas

do Bloco de Esquerda passassem. Ó Sr. Deputado, quem integrava a geringonça não era o PSD, era o Bloco de Esquerda e o PCP.

Aplausos do PSD.

Portanto, se VV. Ex.^{as} não tinham capacidade de influência junto do Governo, é uma coisa que têm de resolver entre VV. Ex.^{as}, não é uma coisa que têm de trazer para aqui, passados oito anos de governação.

Sr. Deputado, duas perguntas muito diretas: quantas vezes é que o Bloco de Esquerda votou a favor das propostas apresentadas pelo PSD, que visavam melhorar as condições de vida das bombeiras e dos bombeiros de Portugal?

E quantas vezes é que o Bloco de Esquerda apresentou as propostas que, há pouco, partilhou connosco? Quantas vezes é que apresentou estas propostas, no passado, ao Partido Socialista e a esta Casa? E quantas vezes é que se motivou e se empenhou para que as mesmas pudessem ser aprovadas?

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **João Antunes dos Santos** (PSD): — Parece-nos que a vossa motivação e o vosso empenho são maiores agora, que governa a Aliança Democrática, do que era quando faziam parte da geringonça e da frente de esquerda que governou o nosso País.

Aplausos do PSD.

Protestos do Deputado do BE Fabian Figueiredo.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Para responder, com 30 segundos adicionais fornecidos pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista, tem a palavra o Sr. Deputado José Soeiro.

Vozes do CH: — Oh!...

O Sr. **José Moura Soeiro** (BE): — Sr. Presidente, Sr. Deputado João Antunes dos Santos, basta olhar para as atas e para os guiões de votação. O Bloco de Esquerda avaliou sempre, neste Parlamento, as propostas pelo seu mérito intrínseco, e votámos de acordo com a avaliação que fazíamos das propostas. Portanto, votámos propostas de vários partidos para melhorar as condições de vários profissionais.

O PSD é que não acompanhou e, especialmente nas questões do trabalho e nas questões da segurança social, aliou-se sempre ao Partido Socialista,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Já agora! Já agora!

O Sr. **José Moura Soeiro** (BE): — ... por exemplo, para impedir que se corrigissem as majorações das horas extra ou que se reconhecesse o direito ao reconhecimento do desgaste rápido de inúmeras profissões. Portanto, Sr. Deputado, foi o PSD que impediu que vários destes problemas se resolvessem.

Mas nós cá estamos, hoje, desde logo, para ver como é que o PSD vai votar. Veremos no final deste debate e veremos em sede de especialidade. As nossas propostas são conhecidas, esperamos que sejam...

Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone do orador foi automaticamente desligado.

Aplausos do BE.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Aparentemente, para a última intervenção antes do encerramento deste debate, tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Gonçalves, do Grupo Parlamentar do PSD.

O Sr. **Nuno Jorge Gonçalves** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Como aqui ouvimos, e vimos, muitos falam sobre os bombeiros, mas só alguns têm coragem de ser bombeiros.

Este tema não é fraturante na sociedade, este tema não é de esquerda ou de direita; este tema é de todos, e a todos diz respeito.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Nuno Jorge Gonçalves** (PSD): — Os bombeiros, enquanto pilar da proteção civil, não podem ser só tema de reflexão após a ocorrência de incêndios ou de catástrofes mais ou menos graves.

Os bombeiros, homens e mulheres, têm de ser uma causa. Uma causa que nos una a todos. As mulheres e homens que se dedicam a salvar vidas e património de outros, que têm por lema «vida por vida», devem ser uma causa diária. Mas devem ser uma causa pelas melhores razões.

Todos defendemos mais e melhores condições, mas tem de ser para todo o setor — bombeiros sapadores, bombeiros voluntários, bombeiros assalariados das associações humanitárias, sapadores florestais, bombeiros de aeroportos, equipas de intervenção permanente. Volto a referir — tem de ser uma causa pelas melhores razões.

Somos a favor de uma regulamentação e valorização da carreira, de estudar e concretizar novos benefícios, mas também somos a favor, dentro de uma política de compromisso, de aguardar pelas conclusões dos grupos de trabalho criados, onde estão presentes as diversas entidades que têm de se pronunciar sobre as matérias concretas propostas pelo PCP, nos seus projetos de lei, por forma a resolver definitiva e estruturadamente o problema de homens e mulheres que, com orgulho, assumem ser bombeiros.

Recorde-se a criação de um grupo de trabalho através do Despacho n.º 5/2023, de 20 de janeiro — com o qual se pretende o estudo das profissões de desgaste rápido, respetivas características e formas de mitigação de penosidade e dos riscos —, com a missão de apresentar ao membro do Governo responsável pela área de trabalho e da segurança social, contributos e recomendação na matéria.

Compete a este grupo de trabalho, nomeadamente, tipificar as características definidoras da penosidade e dos riscos inerentes às profissões de desgaste rápido, propor limites no seu exercício para mitigar os riscos profissionais, recomendar medidas de redução de penosidade e apontar possíveis caminhos de reconversão que permitam manter uma vida ativa e saudável.

O grupo de trabalho é constituído pelos seguintes organismos: Direção-Geral do Emprego e das Relações de Trabalho (DGERT), Autoridade para as Condições do Trabalho (ACT), Direção-Geral da Saúde (DGS), Direção-Geral da Segurança Social (DGSS), Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP) e Instituto da Segurança Social.

A definição destes critérios é essencial para aquilo que estamos a discutir hoje: o estabelecimento de um quadro legal enquadrador das profissões de desgaste rápido; os ajustamentos dos regimes jurídicos que estabelecem a antecipação da pensão de velhice ou de aposentação em vigor; a definição clara e estruturada dos procedimentos a adotar, das responsabilidades dos diferentes organismos envolvidos, bem como das estratégias dos instrumentos de suporte e de capacitação dos técnicos que vão implementar essas medidas.

Ontem mesmo, o Governo anunciou a criação de um grupo de trabalho para analisar a carreira dos bombeiros profissionais dos quadros de pessoal dos corpos de bombeiros das associações humanitárias, os benefícios e as regalias dos bombeiros voluntários e a formação de todos os bombeiros dos quadros de pessoal das associações de bombeiros voluntários, medida que vai ao encontro do programa político deste Governo, ao contrário da instabilidade que anos de inércia provocaram no setor.

O Sr. **António Rodrigues** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Nuno Jorge Gonçalves** (PSD): — Na verdade, é intenção do Governo proceder a uma reorganização estrutural do setor operacional dos bombeiros e implementar de forma progressiva, em todos os corpos de bombeiros, a profissionalização da primeira intervenção, garantindo o socorro e emergência 24 horas por dia, 365 dias por ano.

Pretende o Governo igualmente adotar um modelo de contratualização plurianual com as entidades detentoras de corpos de bombeiros através de contratos-programa, implementar um plano plurianual de

investimento para reequipamento dos corpos de bombeiros, implementar um plano de regularização das dívidas dos corpos de bombeiros, garantindo que todas as entidades efetuam os pagamentos devidos no prazo de 30 dias e desenvolver a valorização dos bombeiros profissionais e voluntários.

É a concretização destes estudos e a execução das medidas propostas pelo Governo que vão poder ir ao encontro dos anseios legítimos destas mulheres e destes homens, que escolheram ser bombeiros.

Aliás, o PSD está onde sempre esteve, em concordância com os seus princípios. Recorde-se que, em 2023 apresentou o Projeto de Resolução n.º 895/XV/2.^a, que recomendava ao Governo que definisse o enquadramento legal geral das profissões de desgaste rápido e a sua regulamentação. O projeto de resolução foi rejeitado com os votos contra do PS e a abstenção do PCP. O que mudou desde então?

Também em 2023, o PSD apresentou o Projeto de Resolução n.º 398/XV/1.^a, no qual recomendava ao Governo a realização de um estudo para definir os critérios que identificassem profissões de desgaste rápido, bem como a sua regulamentação. O projeto de resolução foi rejeitado com o voto contra da maioria do Partido Socialista. O que correu mal?

Citando um grande tribuno desta Casa, José Estêvão de Magalhães, questionava ele: «O que é legislar?» E respondia: «É dar remédio às necessidades do tempo».

O tempo aconselha à espera pelas conclusões dos estudos, não apenas para legislar, mas para bem legislar em prol destas nobres mulheres e destes homens, que escolheram ser o braço de uma das mais nobres profissões, a de serem bombeiros ao serviço da pátria e de todos nós.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Pinto, do Grupo Parlamentar do Chega, dispondo de até 7 minutos e 16 segundos.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Neste debate, lamentamos a ausência do Governo, mas é desta forma que ligam aos bombeiros em Portugal.

Podemos estar aqui com muitas palavras bonitas a dizer que apreciamos muito os bombeiros e louvamos muito o seu trabalho, mas a grande vitória da democracia, hoje, é conseguirmos ter estes homens e mulheres fardados a assistir a este Plenário, dentro da Casa da democracia.

Aplausos do CH.

A pergunta que se faz é a seguinte: o que queremos para os bombeiros em Portugal?

Os bombeiros estão fora do comando dos incêndios — ninguém entende. Os bombeiros não têm subsídio de risco — ninguém entende. Os bombeiros não têm um comando nacional — e também creio que, nesta Casa, ninguém entende.

As soluções do PS e do PSD são iguais. Criação de quê? De um grupo de trabalho, já todos sabíamos! É um grupo de trabalho do PS e do PSD, que é para não resolver problema nenhum aos bombeiros portugueses. É um grupo de trabalho que não contempla os seguros, que não contempla o comando operacional, que não contempla o apoio aos dirigentes associativos,...

O Sr. **António Rodrigues** (PSD): — O Chega nem sabe a diferença!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): —... nem vigilância médica, nem um plano de reequipamento das viaturas!

Deixem-me que diga aos Srs. Deputados do PS e do PSD — mais particularmente aos do PS! — que o parque automóvel dos bombeiros em Portugal é quase do tempo da União Soviética.

Aplausos do CH.

Risos do Deputado do PCP António Filipe.

Esta é a triste realidade dos bombeiros portugueses e o PS nada fez para resolver esse problema. Metem em perigo e em risco a vida dos bombeiros portugueses quando vão em nosso socorro.

Protestos do Deputado do PSD João Antunes dos Santos.

Depois, quanto ao Estado português, as dívidas às associações humanitárias de bombeiros ascendem a mais de 15 milhões. Mais de 15 milhões são as dívidas do Estado às associações de bombeiros!

O Sr. **João Antunes dos Santos** (PSD): — É esse o tema de hoje?

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Até agora, as despesas extraordinárias de 2024 ainda não foram pagas. Quanto ao combustível, desde julho até agora — não sei se foram de férias! —, também não foi pago às associações humanitárias dos bombeiros. Houve uma reunião da Liga dos Bombeiros com o Governo e com a Sr.^a Ministra, desaparecida, da Administração Interna, mas, depois disso, nem uma palavra foi dada aos bombeiros portugueses.

E deixem-me que diga o seguinte ao Grupo Parlamentar do PSD: ouvi dizer que estão sempre ao lado dos bombeiros. Então, vamos a isso!

O Chega apresentou, nesta Casa, diversas propostas para os bombeiros portugueses: formação dos bombeiros voluntários — voto contra do PS e as abstenções do PSD, da IL e do PCP. Realmente, o PSD não tem duas caras!

Mais: suplemento de risco para os bombeiros voluntários — voto contra do PS e as abstenções do PSD, da IL e do PCP. Realmente, o PSD não tem duas caras!

Protestos do Deputado do PSD João Antunes dos Santos.

E mais: reforço de verbas para a renovação do parque automóvel dos bombeiros — voto contra do PS e as abstenções do PSD, da IL e do PCP. Realmente, o PSD não tem duas caras, pois só tem uma e essa cara não está ao lado dos bombeiros portugueses!

Aplausos do CH.

Protestos de Deputados do PSD.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado André Rijo, do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, que dispõe de até 12 minutos e 53 segundos.

O Sr. **André Rijo** (PS): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Em primeiro lugar, gostaríamos de dirigir uma saudação muito especial a todas e a todos os bombeiros portugueses.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Eles querem é dinheiro!

O Sr. **André Rijo** (PS): — E, obviamente, dirigimos uma palavra de homenagem aos homens e mulheres bombeiros falecidos recentemente no combate aos incêndios, no passado verão, em Portugal.

Em segundo lugar, o Grupo Parlamentar do PS também gostaria de saudar a iniciativa do Partido Comunista Português de agendamento deste tema para a sessão plenária de hoje. De facto, discutir o tema dos bombeiros e da sua valorização socioprofissional não é algo que deva acontecer apenas na altura em que Portugal está a arder ou quando existem manifestações à porta da Assembleia da República.

O Partido Socialista tem assumido uma posição de princípio nos termos da qual compete ao Governo, em primeira linha, o impulso legislativo para operar alterações nas carreiras e condições dos profissionais da Administração Pública. Neste sentido, foram anunciadas negociações entre o Governo e os bombeiros e ontem mesmo o Governo divulgou a constituição de um grupo de trabalho para elaborar uma proposta de carreira e benefícios para os bombeiros voluntários e profissionais.

Portanto, nesta fase, o Partido Socialista pretende que essas negociações e reflexão, dentro de um prazo razoável, possam chegar ao seu termo,...

Protestos do Deputado do CH Marcus Santos.

... dentro daquilo que é a preferência, conduzindo a esse desfecho favorável para as negociações, tendo em vista as legítimas reivindicações dos bombeiros portugueses.

Da parte do Partido Socialista, o seu Secretário-Geral, inclusivamente, em devido tempo, escreveu ao Sr. Primeiro-Ministro manifestando total disponibilidade do PS caso fosse necessária a aprovação de um Orçamento retificativo para satisfazer e acomodar essas reivindicações.

É chegado, portanto, o momento de avançarmos com compromissos políticos firmes para, de uma vez por todas, conseguirmos melhorar as condições de trabalho e a valorização socioprofissional dos mais de 33 000 bombeiros portugueses.

Estamos certos de que este grupo de trabalho, anunciado pelo Governo na véspera do debate de hoje, vai avaliar com atenção os Projetos de Resolução n.ºs 351/XVI/1.^a e 352/XVI/1.^a, de que o Grupo Parlamentar do PS deu entrada, sobre este tema da valorização dos bombeiros, tendo também a expectativa de que acolha as suas principais sugestões.

Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, no nosso entender, o Projeto de Lei n.º 208/XVI/1.^a (PCP) é um contributo válido para melhorar alguns aspetos que tornam mais atrativa a função de bombeiro e, portanto, não inviabilizaremos a sua passagem à fase da especialidade. No entanto, tal projeto de lei fica muito aquém das mudanças estruturais que se impõem neste setor dos bombeiros.

Daí ter o Grupo Parlamentar do PS optado por apresentar, sobre este tema dos bombeiros, dois projetos de resolução distintos: um para os bombeiros sapadores e outro para os bombeiros dos corpos de bombeiros detidos por associações humanitárias.

Estes projetos de resolução são um contributo muito concreto e objetivo, com medidas bastante razoáveis e equilibradas, que surgem na continuidade do trabalho já iniciado anteriormente e que apontam o caminho que, em nosso entender, deve ser continuado pelo atual Governo, legislando pela melhoria das condições socioprofissionais dos bombeiros portugueses.

O tema central, de fundo, que seria importante debatermos é o tema do financiamento, sendo necessário encetar um diálogo que permita avançar com a revisão do modelo de financiamento das associações humanitárias de bombeiros, consagrado na Lei n.º 94/2015, de 13 de agosto, designadamente através da fixação de critérios para o desenvolvimento e a implementação de contratos-programa tripartidos — envolvendo o Estado central, as autarquias locais e as entidades detentoras de corpos de bombeiros — como condição fundamental para que seja exequível iniciar um processo integrado, com estabilidade e previsibilidade, para a revisão das carreiras dos bombeiros e para o reequipamento das corporações.

Com o Projeto de Lei n.º 208/XVI/1.^a, o PCP está a propor que sejam aumentadas as transferências do Orçamento do Estado para o Fundo de Proteção Social do Bombeiro, gerido pela Liga dos Bombeiros, sem que seja perceptível um racional claro, objetivo e quantificável para esse aumento das transferências.

Com esta iniciativa do PCP, os propósitos são, de facto, nobres — criar mais benefícios para os bombeiros portugueses —, mas existe, quanto a nós, um grande paradoxo, que é o de retirar à Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil (ANEPC) todos os poderes que esta atualmente detém na instrução de processos de atribuição de apoios, ao abrigo do Fundo de Proteção Social do Bombeiro.

Portanto, neste domínio, reforçar os meios financeiros ao dispor da Liga, com uma gestão que passaria a ser mais discricionária, com um fundo de proteção social mais robusto, não nos parece um passo no sentido correto no que à promoção da transparência e boa gestão dos recursos públicos diz respeito. Sobretudo, tal não resolve o problema de fundo, que é o subfinanciamento das corporações de bombeiros.

Por outro lado, retirar o período de dois anos de efetividade de funções de bombeiro como requisito para aceder a benefícios sociais é uma solução que pode ser vista como injusta e sujeita a oportunistas circunstanciais de conveniência.

A nível das bonificações para a reforma, julgamos que poderá ser melhorada a proposta, nomeadamente com a questão do copagamento e em matéria de antecipação da idade de reforma, pois, em nosso entender,

qualquer fórmula de cálculo da mesma deveria aguardar por critérios técnico-científicos após as conclusões do grupo de trabalho para este efeito criado em janeiro de 2023.

Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, parecer-nos-ia mais correto o caminho que propomos com os projetos de resolução que o Grupo Parlamentar do PS apresentou já nesta Assembleia.

No entanto, não obstante o PCP não ter permitido apresentar essas nossas iniciativas hoje, reconhecemos que é urgente introduzir melhorias nas condições socioprofissionais dos bombeiros portugueses. Por conseguinte, se este projeto de lei puder passar à fase de discussão na especialidade, a qual viabilizaremos, contará, naturalmente, com os nossos contributos, para que assim consigamos construir algo ainda mais positivo para os nossos soldados da paz, que dão vida por vida no seu dia a dia, por todos nós, garantindo o bem-estar e a segurança de todas e todos os portugueses.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Sr. Deputado, registo um pedido de esclarecimentos, de até 2 minutos, que será feito pelo Sr. Deputado Jorge Galveias, do Grupo Parlamentar do Chega. Vamos só aguardar que chegue ao seu lugar.

Pausa.

Para o pedido de esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Galveias. Faça favor.

O Sr. **Jorge Galveias** (CH): — Sr. Presidente, mais uma vez, esta Assembleia apenas se lembra de Santa Bárbara quando troveja. É assim com os bombeiros, como foi com os enfermeiros e outras profissões de alto risco e de desgaste rápido. São lembrados no tempo da desgraça, mas depois nada muda.

O PCP traz hoje duas propostas que deveriam ter sido iniciativas das bancadas do arco da governação, PS e PSD. É também lamentável que, depois de seis meses de governação e sabendo que a época dos incêndios estava à porta, o Governo pouco ou nada tenha feito. Mas agora, à última hora e à boa maneira socialista, o Governo informa que vai criar um grupo de trabalho para criar a carreira dos bombeiros. Senhores, de promessas está o inferno cheio!

É aceitável, pergunto, que um bombeiro com 50 ou mais anos tenha de subir uma autoescada?

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **Jorge Galveias** (CH): — É aceitável que um bombeiro seja agredido ao cumprir a sua missão?

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ora bem!

O Sr. **Jorge Galveias** (CH): — É aceitável bombeiros morrerem ficando os incendiários impunes, ou quase?

Aplausos do CH.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Bem lembrado!

O Sr. **Jorge Galveias** (CH): — Cinquenta anos depois do 25 de Abril e depois dos Governos PS e PSD, que foi quem nos governou,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — E mal!

O Sr. **Jorge Galveias** (CH): — ... ou desgovernou, os soldados da paz continuam abandonados. O Chega apoia todas as propostas, venham de onde vierem, desde que dignifiquem os bombeiros. Mas, atenção: nós estamos cá e temos também as nossas propostas.

Pergunto ao Sr. Deputado, porque é que os bombeiros não foram considerados uma profissão de desgaste rápido pelo PS durante o anterior Governo.

Aplausos do CH.

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — Não quiseram saber!

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Tem 3 minutos para dar a resposta, Sr. Deputado André Rijo. Faça favor.

O Sr. **André Rijo** (PS): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Jorge Galveias, muito obrigado pela questão que me dirigiu. Estava aqui a preparar-me para apontar as suas questões, mas como foi mais uma intervenção até poupei na tinta da caneta.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — São muito poupados vocês!!

O Sr. **André Rijo** (PS): — Mas agradeço-lhe muito essa questão.

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — Tem muito a justificar!

O Sr. **André Rijo** (PS): — De facto, estou cá há muito pouco tempo.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Nota-se!

O Sr. **André Rijo** (PS): — Nota-se, sei que sim, Sr. Deputado.

Só estou cá há seis meses e pouco, mas já consegui perceber uma coisa: para o Chega, ainda está para nascer o primeiro problema em Portugal em que a respetiva resolução não seja responsabilidade direta ou indireta do Partido Socialista.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — É verdade!

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — Olha, agora é que falou bem!

O Sr. **André Rijo** (PS): — E também já consegui perceber outra coisa: ainda está para nascer o debate parlamentar em que não se discutam os oito anos da governação do Partido Socialista.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ora bem!

O Sr. **Jorge Galveias** (CH): — Pois é!

O Sr. **André Rijo** (PS): — E eu estou muito à vontade para falar sobre essa matéria porque, na realidade, a governação de oito anos do Partido Socialista surgiu em resposta a uma governação de um Governo mais «troiquista» que a troica...

Aplausos do PS.

Protestos do CH.

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — A culpa foi do PS e não do Passos Coelho!

O Sr. **André Rijo** (PS): — ... e conseguiu virar a página da austeridade, conseguiu valorizar carreiras, conseguiu valorizar pensões, conseguiu aumentar o salário mínimo nacional como nunca, conseguiu pôr a

economia a crescer acima da média europeia, conseguiu responder a uma pandemia e conseguiu também reagir à maior crise inflacionista dos últimos 30 anos em Portugal.

Aplausos do PS.

Protestos do CH e do CDS-PP.

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — E bombeiros? O debate é sobre bombeiros!

O Sr. **André Rijo** (PS): — Sabemos que foi pouquinho, mas cá estaremos para ver como é que o atual Governo fará. E a verdade é que o carro da governação foi entregue ao atual Governo com o depósito atestado e a revisão feita,...

Aplausos do PS.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Tenha vergonha!

O Sr. **André Rijo** (PS): — ... portanto, estava na hora de o Governo da República poder olhar para o para-brisas dianteiro e perceber que é muito mais importante olhar para o para-brisas dianteiro do que para o retrovisor.

Protestos do Deputado do CDS-PP João Pinho de Almeida.

Porque, realmente, se olharmos muito para o retrovisor corremos o risco de um despiste e estão os portugueses todos lá dentro, Sr. Deputado! É isso que é preciso evitar.

Por isso, quanto à sua pergunta em concreto,...

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — Ah!...

O Sr. **André Rijo** (PS): — ... sobre a questão do desgaste rápido, dir-lhe-ia o seguinte, como já foi dito pelo meu colega de bancada há pouco na sua intervenção: foi criado um grupo de trabalho em janeiro de 2023.

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — Mais do mesmo!

O Sr. **André Rijo** (PS): — Como sabe, no dia 7 de novembro de 2023, a governação do Partido Socialista foi interrompida de forma, vamos dizer, abrupta, portanto, não foi possível concluir esse trabalho.

Vozes do CH: — Oh!...

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — E porquê?

O Sr. **André Rijo** (PS): — Obviamente que o Partido Socialista atualmente já fez uma pergunta regimental para que esse processo possa avançar e para que finalmente haja um quadro de referencial técnico que permita consagrar os bombeiros como profissão de desgaste rápido e terá, com certeza, o apoio do Partido Socialista.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Vamos passar à fase de encerramento, com uma intervenção feita pelo Sr. Deputado António Filipe, do Grupo Parlamentar do PCP.

Só um momento, Sr. Deputado, acho que está a chegar uma inscrição à Mesa...

Pausa.

Sr. Deputado, peço desculpa, chegou uma inscrição de um grupo parlamentar que ainda tem tempo. Portanto, para uma intervenção, até 2 minutos e 9 segundos, tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Pinto, do Grupo Parlamentar do Chega.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Sr. Presidente, juro que não iria intervir mais neste debate...

Vozes do PS: — Oh!...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — ... — sei que vocês gostam, repito, sei que vocês gostam! —, mas, depois de ter ouvido esta declaração do Sr. Deputado André Rijo, do Partido Socialista, tive de intervir.

Quando se ouve um Deputado do PS dizer assim: «Parece que os problemas dos últimos oito anos foram todos do PS!»...

Risos do CH.

Não, não foram do PS, foram do Chega! Os problemas dos últimos oito anos foram do Chega, foi o Chega que governou, foi o Chega que esteve no Governo!...

Aplausos do CH.

Ó meus amigos, vamos ser sérios! Vamos ser sérios!

Protestos do PS.

Vamos ser sérios, isto não é uma brincadeira. É a vida destes homens e mulheres, que estão aqui em cima nas galerias, que está em jogo. E vir dizer que durante estes oito anos não tiveram culpa nenhuma?! Os senhores não aprovaram nenhuma medida para valorizar os bombeiros em Portugal e agora vêm dizer que não têm culpa nenhuma? Então, de quem é a culpa? A culpa não é dos outros, meus amigos, a culpa não é dos outros.

Protestos de Deputados do PS.

E mais: ó Sr. Deputado, gostei muito dessa piada do carro, «entregámos o carro com o depósito cheio». Olhe, Sr. Deputado, aquilo que não entregaram foi viaturas novas aos bombeiros. Isso foi o que não entregaram. É que os bombeiros continuam com viaturas com uma média de 36 anos — 36 anos!

Aplausos do CH.

Trinta e seis anos! É bom que as pessoas lá em casa percebam isso. A média de idade das viaturas do parque automóvel dos bombeiros em Portugal, vou repetir, é de 36 anos! É isso que o PS e o PSD têm dado aos nossos bombeiros em Portugal.

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Para uma nova intervenção, até 2 minutos e 12 segundos, tem a palavra o Sr. Deputado André Rijo, do Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

O Sr. **André Rijo** (PS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado Pedro Pinto, eu também não tinha programado fazer mais nenhuma intervenção, mas não resisti a fazê-lo, por uma razão muito simples.

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Pode ser revogável!

O Sr. **André Rijo** (PS): — Haverá, de facto, muita coisa que nos separa, e há, certamente, uma que é o facto de o Chega nunca ter tido responsabilidades de governar o que quer que seja em Portugal.

Aplausos do PS.

Vozes do CH: — Esperem, esperem!...

O Sr. **André Rijo** (PS): — Se gostou da metáfora do automóvel, vou usar a metáfora do futebol também, sei que gosta de futebol. De facto, é diferente jogar à bola lá dentro e falhar um golo e ser treinador de bancada que só critica quem está lá em baixo e não consegue fazer melhor, nunca conseguiu fazer melhor.

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — Vocês vão é descer de divisão!

O Sr. **André Rijo** (PS): — Por isso, Sr. Deputado, com o devido respeito, que sabe que é muito, dir-lhe-ei o seguinte: objetivamente, o Partido Socialista nunca teve a postura de negar qualquer responsabilidade, e se leu nas minhas palavras qualquer rejeição de responsabilidade...

Protestos do CH.

Não vou dar aqui nenhuma aula de Direito das Sucessões, porque isso já lá vai há muito tempo, mas as heranças recebem-se no ativo e no passivo. E nós, quando recebemos a herança é no ativo e no passivo, quando a repudiamos é na totalidade. O que não fazemos é como certas personalidades políticas, que só recebem o ativo da herança e rejeitam o passivo.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Sr. **André Rijo** (PS): — Nós fazemos o contrário, aceitamos aquilo que fizemos de bem e muito bem feito, e aquilo que fizemos menos bem é para continuar a melhorar. Por isso, fizemos duas propostas de recomendação para que, relativamente aos bombeiros, se continue a caminhar no sentido correto, de acordo também com o que estava na pasta de transição entre Governos.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Para um pedido de esclarecimentos, até 32 segundos, tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Pinto, do Grupo Parlamentar do Chega.

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Para quem tinha prometido não falar mais...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Sr. Presidente, Sr. Deputado André Rijo, esqueci-me de dizer uma coisa, há pouco. O Sr. Deputado também disse que esta governação do PS foi interrompida. A governação do PS não foi interrompida, houve um Primeiro-Ministro que se demitiu por um alegado esquema de corrupção. Foi por isso que se demitiu. Portanto, não houve nenhuma interrupção.

Aplausos do CH.

Protestos do PS.

Mas deixe-me que lhe diga mais duas coisas. Primeiro, não deixa de ser curioso que o Partido Socialista, que nada fez durante oito anos pelos bombeiros, faça agora uma pergunta ao Governo do PSD.

Risos de Deputados do CH.

Neste momento, ouviram-se assobios na Sala.

Fez agora uma pergunta ao Governo do PSD — é um facto importante deste debate!

Para terminar, o Sr. Deputado disse «o que nós fizemos de bem.» Sr. Deputado, diga lá a estes homens e mulheres que estão aqui em cima e que são bombeiros uma medida que o PS tenha feito de bem para valorizar a carreira dos bombeiros em Portugal!

Aplausos do CH.

O Sr. **José Barreira Soares** (CH): — Uma, uma!

Neste momento, ouviram-se novamente assobios na Sala.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Antes de dar a palavra ao Sr. Deputado André Rijo para responder, quero deixar um pedido a todos os Deputados relativamente a dois pormenores.

O primeiro é para evitarem os assobios, que aqui em cima se estavam a ouvir. O segundo é para terem cuidado e evitarem mesmo alguns gestos com as mãos e que são graves — não estou a falar de apontar com o dedo. Foram feitos outros gestos, vistos aqui de cima, que não é não devem, é não podem ser feitos no Plenário.

Aplausos do PS, do PSD, do CH e do L.

Estes pedidos foram mesmo genéricos, porque o que se viu e se ouviu nesta Mesa veio de vários pontos do Plenário.

Vozes do CH: — Ah!...

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — Ouviram?!

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Para responder, vou dar, então, a palavra ao Sr. Deputado André Rijo, que, além dos 33 segundos, tem uma cedência de tempo de 45 segundos do Grupo Parlamentar do PSD. Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **André Rijo** (PS): — Muito obrigado, Sr. Presidente, quero agradecer também a cedência de tempo.

Sr. Deputado Pedro Pinto, eu diria que, relativamente à matéria do pedido de demissão do Primeiro-Ministro António Costa, muita tinta ainda há de correr sobre essa matéria, sobre a qual não vou fazer futurologia. E, sobretudo, a minha formação de jurista leva-me a acreditar que, não havendo qualquer constituição como arguido, é muito prematuro fazer qualquer juízo de valor sobre essa matéria.

Mas também queria dizer o seguinte: o pedido de demissão do Primeiro-Ministro não teve nada que ver com a criação de uma crise política, a dissolução de uma maioria parlamentar que existia,...

Aplausos do PS.

Protestos do CH.

... e nessa matéria ainda muito há para fazer. Foi interrompida abruptamente essa governação porque houve uma dissolução da Assembleia da República, e, portanto, nessa matéria estamos conversados.

Relativamente àquilo que diz respeito à pergunta que me colocou sobre o que é que o Partido Socialista fez para valorizar a carreira, olhe, desde logo, o Decreto-Lei n.º 111/2023 clarificou muito bem a questão do trabalho suplementar. Para não falar naquilo que já foi dito no que respeita às EIP, que, no fundo, são bombeiros profissionais; é um caminho de profissionalização que o Governo do Partido Socialista continuou e que é preciso continuar a fazer e a trabalhar.

Portanto, da parte do Partido Socialista, cá estaremos sempre para apresentar as soluções para os problemas dos portugueses — sempre!

Aplausos do PS.

Protestos do CH.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Vamos então entrar no período de encerramento do debate. Dou a palavra ao Sr. Deputado António Filipe, do Grupo Parlamentar do PCP, que, para o efeito, além dos 4 minutos e 9 segundos que ainda sobram do debate, tem os 2 minutos adicionais.

Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Estamos a breves minutos da votação destes projetos de lei e não temos a certeza absoluta se eles serão viabilizados,...

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Pode ter!

O Sr. **António Filipe** (PCP): — ... parece que é sinal dos tempos, a que nos temos de habituar.

Diz o Sr. Deputado Hugo Soares que podemos ter — e ainda bem, ainda bem!

A garantia que tínhamos a dar aos nossos bombeiros é que temos muita coisa em comum, o PCP e os bombeiros portugueses, uma história centenária e uma história de luta, e nós nunca os abandonaremos. Mas é boa notícia esta que o Sr. Deputado Hugo Soares nos dá, de que estes projetos de lei passarão à especialidade. E é esse o nosso objetivo, convergir.

Protestos do Deputado do CH Filipe Melo.

Aliás, há pouco, o Sr. Deputado que interveio pelo PSD falou de convergências, e várias vezes neste debate veio à liça o PCP nos últimos anos. Queria dizer que dei aqui um exemplo do Orçamento retificativo em que, apesar de o PCP ter votado contra ele, conseguimos — e aí em convergência, inclusivamente com o PSD e contra a posição do Governo do Partido Socialista e da sua bancada parlamentar — aprovar um reforço das verbas para as associações de bombeiros, para as compensar das despesas adicionais que tinham tido com o combate à pandemia.

O Sr. **Bruno Nunes** (CH): — Acaba o casamento e é isto!

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Isso podia ter acontecido em mais circunstâncias, e não aconteceu porque o PSD, se bem nos lembramos — e é bom também termos alguma memória da história recente —, tinha a opção de fazer muito poucas propostas, ou mesmo nenhuma, em matéria do Orçamento do Estado. Aliás, uma doutrina anunciada pelo ex-Primeiro-Ministro Pedro Passos Coelho foi a de que votavam contra as propostas do Orçamento e se abstinham nas propostas que entretanto surgissem, e o PSD só por exceção fazia propostas. Tivesse havido mais vontade comum,...

Protestos do Deputado do PSD Hugo Soares.

... mesmo que fosse contra o Governo do Partido Socialista, de aprovar propostas para bem dos bombeiros, elas contariam sempre com a convergência do Grupo Parlamentar do PCP.

Estas nossas propostas não são contra ninguém. Nem são contra o Governo, não são! O Governo anunciou, ontem, a criação de um grupo de trabalho para discutir o problema das carreiras dos bombeiros. Nós podíamos dizer: «Bom, então tivesse este debate sido marcado há um mês atrás e, provavelmente, o grupo de trabalho já estaria a funcionar há um mês.» Mas eu digo que não é apenas isso, nem será sobretudo isso, porque o PSD não se ensaia muito em rejeitar iniciativas apresentadas pelo PCP.

Agora, a questão é que estas iniciativas são reconhecidas pelos bombeiros como iniciativas justas e os bombeiros, naturalmente, têm vindo a lutar pela consagração de medidas como estas que o PCP aqui propõe.

E, portanto, a convicção no reconhecimento da justeza destas propostas contribuiu para que o Governo tivesse anunciado o grupo trabalho e contribui, certamente, para o resultado desta votação na generalidade.

O grupo de trabalho é anunciado para 60 dias — seja, 60 dias —, e creio que se justifica que, havendo um processo legislativo a decorrer na Assembleia da República, haja convergência de esforços: que o Governo apresente a esta Assembleia o resultado desse grupo de trabalho e que se possa convergir num resultado final de um processo legislativo, para bem dos bombeiros; que reforcem o apoio social aos bombeiros e resolvam o problema das carreiras dos bombeiros, porque isso é muito importante.

Não temos outro objetivo que não seja o de convergir para que este processo legislativo chegue a bom porto.

Agora, há o tempo para estudar, há o tempo para discutir, há o tempo para decidir. O que não podemos aceitar é que, depois deste grupo de trabalho se siga outro grupo de trabalho, e depois outro grupo de trabalho, e não haja decisões. É preciso que, concluídos e calendarizados os trabalhos, os prazos sejam cumpridos e o processo legislativo seja concluído, e que depois, nesse processo legislativo, vejamos qual é o momento da sua entrada em vigor, tendo também em vista, obviamente, os calendários orçamentais.

É verdade que há encargos orçamentais. Há, certamente, e ninguém o ignora, mas há que fazer opções nesta matéria. Temos de ter consciência dos prejuízos que a falta de segurança pode causar ao País. É preferível fazer um investimento na segurança, fazer justiça aos homens e às mulheres que lutam pela nossa segurança nos corpos de bombeiros do que não fazer esse investimento e, depois, lamentar os prejuízos causados ao País pela falta de um sistema que seja eficaz no combate às catástrofes que possam efetivamente ocorrer. Porque, reconhecendo nós a dedicação, a competência e o profissionalismo dos nossos bombeiros, é preciso investir mais para que haja mais bombeiros e para que estes mecanismos sejam reforçados.

Do nosso ponto de vista, Sr. Presidente e Srs. Deputados — e com isto concluo —, temos consciência de que os bombeiros não vão desistir da luta que têm vindo a efetuar pelo seu reconhecimento. Eles não vão desistir, e nós não podemos desistir dos bombeiros.

Pela nossa parte, não desistiremos, podem contar connosco. No final deste debate, queria deixar, em nome do PCP, um grande obrigado aos bombeiros de Portugal.

Aplausos do PCP.

Entretanto, reassumiu a presidência o Presidente, José Pedro Aguiar-Branco.

O Sr. **Presidente**: — Está assim terminado o nosso debate.

Vamos passar ao período de votações. Para verificação de quórum, peço aos serviços que abram o sistema, e os Srs. Deputados podem começar a tratar do seu registo.

O Sr. Deputado Pedro Delgado Alves está a pedir a palavra para que efeito?

O Sr. **Pedro Delgado Alves** (PS): — Para uma interpelação à Mesa, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Pedro Delgado Alves** (PS): — Sr. Presidente, dando nota de que estarei seguramente a abusar da figura da interpelação, tendo em conta que no dia de hoje se assinala precisamente o centenário do nascimento de Alberto Oliveira e Silva, antigo Deputado desta Casa, constituinte, resistente antifascista, advogado, candidato a Presidente da Assembleia noutros tempos, penso que seria de justiça que a Câmara pudesse recordar esta data do seu centenário, num dia em que também, simultaneamente, a própria Assembleia recordou o Presidente da Assembleia Constituinte, Henrique de Barros, em sessão hoje realizada na Livraria Parlamentar, figura que, há poucos dias, teria completado 120 anos de existência.

Portanto, abusando, como digo, do Regimento, acho que estas duas figuras podem — com este abuso do Regimento, repito — ser homenageadas no seu percurso cívico, democrático e de resistência à ditadura.

Aplausos do PS, do PSD, da IL, do BE, do PCP, do L e do PAN.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Vale tudo! Agora vale tudo!

O Sr. **Presidente**: — Vamos, então, fazer a verificação de quórum.
Se algum dos Srs. Deputados tiver dificuldades no respetivo registo, faça o favor de dizer e de se identificar.

A Sr.ª **Mara Lagriminha** (PS): — Obrigada, Sr. Presidente, não me consegui registar: Mara Lagriminha.

O Sr. **Presidente**: — Mais algum Sr. Deputado?

Pausa.

O Sr. **Presidente**: — Podemos, então, encerrar o registo.
Estão presentes 208 Sr.ªs e Srs. Deputados, portanto, temos condições para proceder às nossas votações e vamos fazê-lo de imediato.
Peço a atenção dos Srs. Deputados...

Pausa.

O Sr. Deputado Pedro Nuno Santos não se conseguiu registar? É isso?

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Sim, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — É visível que o Sr. Deputado está presente, portanto...

Pausa.

Há ainda um outro Sr. Deputado que não se conseguiu registar, é melhor identificar-se.

O Sr. **Francisco Covelinhas Lopes** (PSD): — Sr. Presidente, eu, Deputado Francisco Covelinhas Lopes, não me consegui registar.

O Sr. **Presidente**: — Muito bem.
Vamos então passar às votações. Peço a atenção dos Srs. Deputados para que não haja nenhum problema de interpretação dos resultados.
Começamos por votar, na generalidade, o Projeto de Lei n.º 207/XVII/1.ª (PCP) — Reconhece a profissão de bombeiro como de risco e desgaste rápido.

Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do CH, do BE, do PCP, do L e do PAN e as abstenções do PSD, do PS, da IL e do CDS-PP.

O projeto baixa à 10.ª Comissão.

Protestos do PS e contraprotestos do CH.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, estamos a meio de uma votação. O parlamentarismo deve ser extensível até ao momento da votação, mas agora vamos votar e tomar decisões. Está bem?

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Sr. Presidente, eles até quando aprovam se zangam!

O Sr. **Presidente**: — Segue-se a votação, na generalidade, do Projeto de Lei n.º 208/XVI/1.ª (PCP) — Reforça os direitos e regalias dos bombeiros, procedendo à quinta alteração ao Decreto-Lei n.º 241/2007, de 21 de junho, que define o regime jurídico aplicável aos bombeiros portugueses no território nacional.

Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do CH, do BE, do PCP, do L e do PAN e as abstenções do PSD, do PS, da IL e do CDS-PP.

A Sr.ª **Marina Gonçalves** (PS): — E o projeto foi aprovado!

Protestos do CH.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, pedia silêncio.
A iniciativa baixa à 1.ª Comissão.

Aplausos gerais, de pé.

Terminado este ponto da nossa ordem de trabalhos, o Sr. Secretário Jorge Paulo Oliveira vai fazer a leitura do expediente que deu entrada.

O Sr. **Secretário** (Paulo Jorge Oliveira): — Sr. Presidente, cumpre-me, em primeiro lugar, dar conta à Câmara da participação dos seguintes Srs. Deputados nos trabalhos por videoconferência: Carlos Silva Santiago, Sandra Pereira, Silvério Regalado, Regina Bastos e Miguel Guimarães, todos do Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata; e, ainda, José Costa e Ana Abrunhosa, ambos do Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

Informo igualmente a Câmara de que deram a entrada, e foram admitidos pelo Sr. Presidente, os Projetos de Lei n.ºs 311/XVI/1.ª (PCP) — Medidas de apoio aos estudantes do ensino superior no âmbito da ação social escolar e 320/XVI/1.ª (L) — Alarga os apoios às famílias para pagamento da renda e da prestação de contratos de crédito e protege as pessoas em vulnerabilidade habitacional.

É tudo, Sr. Presidente.

A Sr.ª **Isabel Alves Moreira** (PS): — Chiu! Não se consegue ouvir!

O Sr. **Presidente**: — Entre quem fala e quem está a sair, é impossível estarmos a ouvir até ao fim dos nossos trabalhos, portanto... Srs. Deputados, ainda não acabou a sessão! Ainda não acabou a sessão.

A nossa ordem de dia para amanhã, às 15 horas, tem como ponto único o debate da Interpelação ao Governo n.º 3/XVI/1.ª (L): — Passe Ferroviário Nacional e investimento na ferrovia em Portugal.

Está agora terminada a sessão, boa tarde e até amanhã.

Eram 18 horas e 17 minutos.

Presenças e faltas dos Deputados à reunião plenária.

A DIVISÃO DE REDAÇÃO.